

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS
CURSO DE JORNALISMO**

BRUNO DE OLIVEIRA CASTRO

**O NOVO CORONAVÍRUS E O JORNALISMO:
Cobertura da pandemia nos portais G1 e Público**

**São Paulo
1º SEMESTRE / 2021**

BRUNO DE OLIVEIRA CASTRO

**O NOVO CORONAVÍRUS E O JORNALISMO:
Cobertura da pandemia nos portais G1 e Público**

Monografia apresentado ao Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação da Sr^a Professora Dr^a Denise Cristine Paiero.

São Paulo
1º SEMESTRE / 2021

Este Trabalho de Conclusão de Curso não reflete a opinião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Seu conteúdo e abordagem são de total responsabilidade de seu autor.

Dedico este trabalho a todos os profissionais que lutam contra a covid-19, arriscando sua saúde para salvar e garantir o bem-estar de quem amamos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof^a Doutora Denise Cristine Paiero, cujo apoio, encorajamento e compreensão foram fundamentais para execução dessa pesquisa.

À Viviana Gomes, minha mãe, pelo extraordinário e incondicional suporte.

Aos brilhantes amigos Bianca Alves, Isis Luise, Marcelo Alves, Matheus de Paiva e Rafael Voltani, que foram grandes incentivadores.

Por fim, aos professores e à coordenação do curso de Jornalismo do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

RESUMO

A rápida disseminação de um vírus inicialmente desconhecido e seu reconhecimento enquanto pandemia expuseram novos desafios às formas de interação social em nível global. Como elo entre as esferas pública e privada, o jornalismo se demonstra um importante objeto de estudo para compreender especificidades da crise sanitária em cada local. Neste estudo, a partir do exame da cobertura jornalística da pandemia do novo coronavírus desempenhada pelo portal brasileiro *G1* e o português *Público*, buscou-se compreender a forma como a crise foi registrada pela imprensa. Para tal, foi utilizada a metodologia de análise do conteúdo proposta por Laurence Bardin. Por meio dela, foi possível observar uma abordagem da crise de forma descritiva e de elucidação de cuidados preventivos ao contágio. Entretanto, também foram percebidos aspectos de relevância política e econômica, como o reflexo de disputas entre atores políticos e dos impactos econômicos causados pela suspensão de atividades comerciais. Além disso, foram abordadas as diferenças entre os conteúdos veiculados por ambos os portais, como a ação de autoridades da administração pública em âmbito regional e críticas à Organização Mundial da Saúde.

Palavras-chave: Análise do conteúdo; Jornalismo; Pandemia; Brasil; Portugal.

ABSTRACT

The sudden spread of an unknown bulletin virus and its recognition as a pandemic has exposed new challenges to forms of social interaction at a global level. As a link between the public and private spheres, journalism is an important object of study to understand the specifics of the health crisis in each location. In this study, based on the examination of the journalistic coverage of the pandemic of the new coronavirus carried out by the Brazilian portal *G1* and the Portuguese *Público*, it was sought to understand how the crisis was recorded by the press. For such, the content analysis methodology proposed by Laurence Bardin was used. Through it, it was possible to observe an approach to the crisis in a descriptive way and to elucidate preventive care to contagion. However, political and economic aspects were also perceived, such as the reflection of disputes between politicians and impacts caused by the suspension of commercial activities. In addition, differences between the content conveyed by both portals were addressed, such as the action of public administration authorities at the regional level and critics to the World Health Organization.

Keywords: Content analysis; Journalism; Pandemic; Brazil; Portugal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição de supra classificações e categorias por veículos analisados. São Paulo, 2021.....	46
Tabela 2	Distribuição de supra classificações e agrupamentos por veículo analisado. São Paulo, 2021.....	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO	15
1.1. Habermas e esfera pública	16
1.2. A internet, o jornalista e a esfera pública	19
1.3. Responsabilidade do jornalista	21
CAPÍTULO 2 - CONSTRUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO E DE SENTIDOS SOCIAIS	25
2.1. Teorias do Jornalismo	25
2.1.1. Bourdieu e socioestruturalismo	26
2.1.2. Gatekeeper	29
2.1.3. Organizacional	30
2.1.4. Ação Política	31
2.2. Construção de sentidos nas narrativas jornalísticas	32
2.3. Mercantilização das notícias	36
CAPÍTULO 3 - JORNALISMO DE SAÚDE E A COVID-19	38
3.1. Atuação dos jornalistas frente à pandemia	41
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DA COVID-19.....	44
4.1 Resultados.....	44
4.2 Discussão.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
APÊNDICE A – elementos e categorias de análise do corpus de pesquisa.....	65

INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara o estado de pandemia causado pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2 (CHADE, 2020, online). O grupo conhecido como coronavírus é composto por RNA vírus que podem causar infecções respiratórias em aves e mamíferos (LANA et al., 2020). Esses vírus são conhecidos desde os anos 1960 e são zoonóticos, ou seja, são comuns em animais e geralmente infectam seres humanos (FREITAS, 2020).

Segundo Belasco e Fonseca (2020, online), até 2019 eram conhecidas seis espécies de coronavírus que atingem humanos. “Quatro dessas [...] causam sintomas comuns de gripe em pessoas imunocompetentes, e duas espécies [...] provocam síndrome respiratória aguda grave com taxas elevadas de mortalidade” (BELASCO; FONSECA, 2020, online). De acordo com Lana et al. (2020, online), essas duas espécies que causam um quadro mais grave também foram responsáveis por duas epidemias nos últimos vinte anos, sendo elas

A epidemia de SARS que emergiu em Hong Kong (China), em 2003, com letalidade de aproximadamente 10% e a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS) que emergiu na Arábia Saudita em 2012 com letalidade de cerca de 30%. (LANA et al., 2020, online)

Os primeiros casos de infecção pelo novo SARS-CoV-2 foram diagnosticados em Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China (FREITAS, 2020). Belasco e Fonseca (2020) também apontam que uma retrospectiva feita com os primeiros pacientes indicou que dois terços deles tiveram contato com o Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan. “A partir da descoberta, foi determinado que o local fosse fechado para que as questões sanitárias pudessem ser analisadas. 585 amostras foram colhidas e, entre elas, 33 apresentaram evidências de Covid-19” (RAVELLI, 2020, online). Entretanto, uma comissão da Organização Mundial da Saúde, em visita ao mercado, descartou a possibilidade de que a primeira variante conhecida do vírus tenha surgido lá (PODER360, 2021, online).

O primeiro caso da covid-19 em Portugal foi anunciado pela ministra da Saúde portuguesa, Marta Temido, em 2 de março de 2020. O paciente, um homem de 60 anos, esteve no norte da Itália de férias, onde teria se infectado (EXPRESSO, 2020, online). O

Brasil, por sua vez, teve o primeiro registro da doença no dia 26 de fevereiro de 2020. O paciente, um homem de 61 anos, também esteve de férias no norte italiano (RIOS, 2020).

A partir das informações aqui postas, este estudo pretende analisar como foi feita a cobertura da imprensa acerca da pandemia do novo coronavírus. Para tal, serão analisadas matérias de dois portais de notícias: o brasileiro *G1* e o português *Público*. Assim, questiona-se: de que forma foi feita a cobertura jornalística sobre o novo coronavírus em dois grandes portais de notícias no Brasil e em Portugal?

As notícias veiculadas pelos meios de comunicação se transformam em ferramentas de interpretação do mundo (CORREIA, 2011). Portanto, a notícia surge como um elemento de atribuição de significados aos eventos que são narrados pela imprensa. Como defende Castro (2019, online), “o jornalismo seria, então, encarado como um mural público para discussão de pautas pertinentes aos grupos sociais de uma comunidade”. Assim, o jornalismo pode ser interpretado como uma janela para os fatos mais relevantes do mundo, porém é importante destacar que as decisões sobre o que e como deve ser veiculado são orientadas ideologicamente (PAIERO, 2012). Rocha (2008, p. 46) defende que outros elementos da prática jornalística também exercem influência sobre a condução de uma notícia,

É preciso, na questão da identificação dos atores com maior capacidade de definição da agenda jornalística, levar-se em conta não só que o campo da mídia é o local de geração do poder comunicativo, fundamental para as democracias modernas, mas também considerar as pressões e injunções exercidas nesse processo pelos controladores do capital investido nas empresas da área (donos dos veículos), pelos representantes da estrutura de poder do Estado e das organizações do mercado (inclusive os anunciantes) e pela própria sociedade através do público consumidor dos produtos midiáticos e dos cidadãos idealmente engajados num legítimo processo de constante atualização constitucional (autogoverno da sociedade) inerente ao Estado de direito democrático. (ROCHA, 2008, p.46).

O autor aponta que a decisão do que e como deve ser noticiado não cabe exclusivamente aos fatores de noticiabilidade, uma vez que os interesses comerciais e políticos das empresas de comunicação não podem ser sobrepostos. Assim, cabe questionar de que forma a pandemia do novo coronavírus foi retratada na imprensa brasileira e portuguesa. Estudar como essa representação foi feita se mostra relevante para examinar as possíveis diferenças entre a cobertura de ambos países, e de que forma foi construído o sentido para o conteúdo veiculado.

Além disso, avaliar cientificamente o comportamento da imprensa durante uma pandemia não é apenas um indicador relevante para o estudo do jornalismo em si. Analisar de que forma as informações sobre a doença, como as maneiras de prevenção, combate à transmissão do vírus, descobertas científicas e a atuação de órgãos públicos se difundem à população é uma importante questão para a saúde pública.

Ratzan (1997, *apud* KUCINSKI, 2000, online) defende que “a comunicação em saúde e meio ambiente tornou-se a matriz de um novo padrão de relações sociais entre agentes de saúde e cidadãos, baseada na interlocução, participação [...]”. Assim, dá-se a relevância do papel exercido pelo jornalismo nesse novo modelo de comunicação em saúde: além de trazer informações sobre a pandemia e seus desdobramentos, cabe ao jornalismo chamar a atenção às responsabilidades individuais da população. Entretanto, o autor também aponta que a atuação do jornalista em uma cobertura de saúde pode ser arriscada.

O envolvimento do jornalista em campanhas de prevenção é delicado; pode levar à intimidade com instituições e agências de governo, à renúncia do distanciamento crítico e da capacidade de revelar e criticar políticas públicas; a trocar a lógica analítica e explicativa do bom jornalismo pela retórica da persuasão (KUCINSKI, 2000, online).

Dessa forma, o autor propõe que o papel do jornalista não esteja exclusivamente ligado à difusão de notícias, havendo uma rede de envolvimento e questionamentos éticos que podem comprometer a excelência da prática jornalística. A tese defendida por Kucinski (2000, online) reforça a relevância de uma análise sobre o comportamento da imprensa na cobertura de saúde, principalmente durante uma pandemia.

Em face disso, o objetivo principal deste estudo se dá em analisar a maneira que a cobertura do novo coronavírus foi feita no Brasil e em Portugal. Para tal, a fim de uma investigação profunda, clara e assertiva, propõe-se como objetivo secundário a investigação das possíveis diferenças e semelhanças entre a cobertura dos dois portais.

Para realizar tais propostas, esse estudo se delimita às matérias publicadas no portal *G1* e no *Público* que tratam do novo coronavírus. Devido ao grande número de notícias produzidas pelos portais citados, foi estabelecido um recorte mais específico, o que permite uma análise mais aprofundada do tema. A partir disso, foram selecionadas as primeiras matérias que foram veiculadas sobre as seguintes pautas:

- a) primeiro dia de noticiário sobre o novo coronavírus;
- b) anúncio do primeiro caso da doença fora da China;
- c) primeiros casos em território nacional;
- d) decreto de pandemia pela Organização Mundial da Saúde;
- e) lançamento de planos de contingência dos governos federais;
- f) início da segunda onda de contaminação;
- g) início da campanha de vacinação contra o coronavírus;
- h) crise de saúde e ajuda internacional.

Para realizar a investigação aqui proposta e alcançar os objetivos supracitados, foi escolhida a metodologia de análise do conteúdo defendida por Laurence Bardin, que a define como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.” (BARDIN, 2002, p. 9, grifo da autora).

A análise do conteúdo surge como metodologia de investigação de símbolos políticos em conteúdos jornalísticos dos Estados Unidos, no início do século XX (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682). Ela é dividida em duas vertentes, sendo elas: quantitativa, que examina a frequência de características semânticas; e qualitativa, na qual são observados a presença ou ausência de certos elementos textuais.

Segundo Ramos e Salvi (2009, p. 3), o método de Análise do Conteúdo consiste em três fases: pré-análise, na qual é feita a escolha de documentos para análise e sua leitura flutuante, formulação de hipóteses e dos objetivos, referenciação dos índices, elaboração de indicadores e preparação do material; exploração do material, que consiste no levantamento das codificações e enumerações necessárias para a análise final; e, por fim, tratamento dos resultados, no qual ocorre a elaboração dos dados obtidos e junção ao escopo teórico da pesquisa.

Essa metodologia de investigação é conhecida por muitos autores como uma técnica de análise da palavra, uma vez que ela admite a produção de “inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social” (CAREGNATO;

MUTTI, 2006, p. 682). Sendo esse um dos motivos que permitem a Análise do Conteúdo ser amplamente utilizada em pesquisas relacionadas às ciências sociais aplicadas.

Dessa forma, Bardin (1977, p.31 *apud* RAMOS; SALVI, 2009, p. 2) coloca essa metodologia como um “leque de apetrechos; ou, com maior rigor, um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. A autora defende, ainda, que o trabalho do pesquisador dessa metodologia está relacionado ao manejo e isolamento de elementos textuais de forma que permitam relacionar o objeto examinado à leitura de mensagens encobertas.

O analista trabalha com palavras que, isoladas, podem atribuir relações com a mensagem ou possibilitar que se faça inferência de conhecimento a partir da mensagem. São, dessa maneira, estabelecidas correspondências entre as estruturas linguísticas ou semânticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados. A leitura do pesquisador responsável pela análise não é, portanto, uma leitura à letra, mas, o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano (BARDIN, 1977 *apud* MEIRELES; CENDÓN, 2010, p. 79).

Essa possibilidade de investigação a partir da palavra foi o principal motivo pelo qual a metodologia de análise do conteúdo foi escolhida para este estudo, uma vez que os produtos examinados são compostos, em suma, de elementos textuais.

Dito isso, essa monografia é composta por quatro capítulos. Os três primeiros tratam de criar um embasamento teórico que possibilite a investigação em si e o último se refere à terceira fase da análise do conteúdo - o tratamento dos resultados.

No primeiro capítulo, aborda-se a função social do jornalismo e seus impactos a fim de criar um esboço teórico de como se dá prática jornalística como ferramenta social. Da mesma maneira, no segundo capítulo é traçada a construção das narrativas do discurso jornalístico e como é posto o mito da imparcialidade dos textos. Além disso, também são apresentadas teorias que analisam o impacto das notícias no comportamento de um grupo social. Já no terceiro capítulo, trata-se da relação do jornalismo com a saúde e são aprofundadas as análises acerca da covid-19 e da atuação dos jornalistas durante a pandemia. Investigando, assim, como a atividade da imprensa pode influenciar em aspectos da saúde pública. E, por fim, no quarto e último capítulo é feito o exame do corpus de pesquisa a partir das teorias da análise do conteúdo de Laurence Bardin.

CAPÍTULO 1 - FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

A prática jornalística não tem fronteiras ou delimitações bem definidas, mas isso não impede que um exame científico acerca da profissão seja feito (RUELLAN, 1997, p.124 apud PEREIRA, 2004, p. 2).

Não há consenso entre historiadores e pesquisadores de qual é a gênese do jornalismo, devido as frequentes mudanças pelas quais a atuação da profissão é submetida, mas, em suma, elas podem ser divididas em três vertentes, sendo duas socioculturais e uma técnica (QUINTERO, 1996). A primeira vertente coloca a origem do jornalismo na Antiguidade Clássica, uma vez que nesse período já havia os elementos necessários para a prática jornalística fundamental: algo a ser noticiado e público a quem noticiar. Sousa (2008) aponta que as *Actas Diurnas (Actae Diurnae)* são os primeiros exemplares de jornais da história. “Magistrados, escravos e funcionários públicos, os *diurnarii* ou *actuarii*, encarregavam-se da tarefa de recolher informações, redigir e afixar as *Actas*” (SOUSA, 2008, p. 34)

A segunda vertente defende que a prática jornalística surgiu na Europa Moderna, graças ao Iluminismo e ao desenvolvimento de condições tecnológicas para a atuação dos jornalistas. Dessa forma, essa teoria supõe que

O fenômeno jornalístico é uma invenção da Modernidade, estando ligado à aparição da tipografia e ao surgimento, expansão e aquisição de periodicidade da imprensa na Europa, embora tenha como antecedente imediato as folhas noticiosas volantes manuscritas e impressas que surgiram entre a Baixa Idade Média e o Renascimento. (SOUSA, 2008, p. 4).

O autor aponta, também, que a terceira e última vertente defende que a gênese do jornalismo vem com a massificação dos veículos jornalísticos no fim do século XIX. Os aspectos que possibilitaram essa consolidação do jornalismo foram: a expansão e solidificação do capitalismo e da revolução industrial, que solidificou uma classe operária em centros urbanos; a ascensão educacional e social das populações, que surge com o aumento da necessidade de mão de obra especializada nessas cidades; a democratização da vida política, causado pela participação das classes médias e baixas em movimentos de sufrágio universal; o incremento dos processos coloniais, que fez com o que fluxo de informações vindos das colônias (principalmente na Ásia e África) para as metrópoles aumentassem; a formação de grandes correntes ideológicas, que consiste,

basicamente, na ascensão do conservadorismo liberal; a eclosão e massificação de conflitos armados e a transfiguração da imprensa e das relações entre jornalismo e política, ou seja, a consolidação do termo habermaniano de esfera pública (SOUSA, 2008, p. 102).

1.1.Habermas e esfera pública

Jürgen Habermas foi um filósofo, sociólogo e cientista político alemão (LANÇA, 2008, p. 32), cuja produção bibliográfica traz análises acerca da teoria comunicativa e de uma esfera pública autônoma (BRAY, 2010, p. 166). O autor era membro da escola de Frankfurt, berço dos estudos da teoria crítica e da indústria cultural (MOGENDORFF, 2012, p. 152). Habermas incorporou diferentes bibliografias em sua obra, como o funcionalismo, a fenomenologia, o marxismo e a própria teoria crítica dos frankfurtianos – o que dá aos seus trabalhos uma impressão interparadigmática (PINTO, 1995, online). Suas pesquisas visavam analisar as problemáticas sociais já identificadas durante o processo de racionalização societária nos trabalhos de Weber, Adorno e Horkheimer (PINTO, 1995).

Estes autores mostraram em suas análises, o processo pelo qual o Iluminismo que, na forma da razão científica, surgiu no séc. XVIII como o grande agente de libertação social, de conquista da maioria pelo ser humano, de destruição dos mitos, transforma-se ele próprio em um novo mito e consolida-se enquanto ideologia de dominação que legitima a sociedade capitalista. (PINTO, 1995, online).

Habermas defendia, porém, que o conceito de razão levantado por esses autores estaria restrito, o que os levaria ao impasse de confundir a racionalidade do sistema com a racionalidade do agir.

Para sair deste impasse, Habermas propõe um salto paradigmático, no qual abandona-se o paradigma da consciência a que estes autores encontram-se presos, em prol de um paradigma da comunicação. O paradigma da consciência é calcado na ideia de um pensador solitário que busca entender o mundo a sua volta, descobrindo as leis gerais que o governam, revelando a unidade encoberta sob a diversidade aparente. (PINTO, 1995, online).

Dessa forma, entre os conceitos estudados por Habermas está o de espaço público, que surge com a criação de um “espaço intermediário” entre o Estado e a esfera privada (BRAY, 2012). Nesse espaço seriam feitas discussões livres e racionais acerca da concepção de política como prática.

Silva (2006) aponta que o espaço social era dividido em domínios públicos e privados, *oikos* e *polis*, respectivamente. *Oikos* é tido como uma unidade social e de produção que inclui pessoas – como as famílias – e recursos – como as terras, casas e outras propriedades; já a *polis* diz respeito ao Estado Jurídico de normas escritas e interpretadas pela comunidade (FLORENZANO, 2001).

A *pólis* propriamente dita, não é a cidade em sua localização física; é a organização do povo originária daquilo que se faz e se fala em conjunto; e o seu espaço verdadeiro se estende entre os homens que vivem juntos com essa finalidade, não importa o lugar em que se encontrem (ARENDRT, 2007, online).

Habermas defende, então, que a esfera pública surge como um intervalo ou delimitação entre o espaço público e o privado; ou seja, entre *pólis* e *oikos*; no qual indivíduos livres se juntam para discutir temas pertinentes à comunidade. A deliberação ocorria também para a busca de consenso em assuntos de matérias diversas, não se delimitando apenas aos âmbitos burocráticos da *pólis*. “A esfera pública, nesse aspecto, é mais ampla no que diz respeito aos temas abordados em seu centro, se tornando a mediadora entre o Estado e a sociedade” (LANÇA, 2008, p. 33).

A esfera pública burguesa pode ser concebida, antes de mais, como a esfera em que pessoas privadas se juntam enquanto um público; bem cedo, reclamaram que essa esfera pública fosse regulada como se estivesse acima das próprias autoridades públicas; de forma a incluí-las num debate sobre as regras gerais que governam as relações da esfera da troca de bens e de trabalho social basicamente privatizada, mas publicamente relevante. O meio deste confronto político era peculiar e não tinha precedente histórico: o uso público da razão pelos intervenientes. (HABERMAS, 1984, p. 27).

O autor faz, também, uma distinção da esfera pública sob a ótica da divisão de classes marxista para explicitar que as decisões da *polis* não cabiam aos mais pobres. Segundo Silva (2001), o principal motivo pelo qual Habermas faz essa separação é que a vertente burguesa da esfera pública nulificava os plebeus. Tornando-se, assim, “uma predominância que ‘exclui a esfera pública plebeia como uma variante que, em certo sentido, foi suprimida no curso do processo histórico.” (HABERMAS, 1962 *apud* SILVA, 2001, p.10). Dessa forma, se um indivíduo não participava dos debates na esfera pública, não opinava nas decisões tomadas.

A filósofa alemã Hannah Arendt concorda com o conceito de esfera pública elaborado por Habermas, uma vez que o define como “o local de argumentação e troca

de opiniões a respeito das coisas públicas e como um espaço relevante de integração e sociabilidade através do entendimento mútuo e racional” (LANÇA, 2008, p. 32). Assim, para ambos, a participação dos cidadãos nas discussões políticas e tomada de decisões nas ágoras gregas ou fóruns romanos fez com que esses grupos da Antiguidade Clássica se encaixassem no conceito de esfera pública (PEREIRA, 2004). Logo, fica claro que, nessa época, o espaço público como defendido por Habermas se trata de um espaço físico.

Com a invenção da prensa em 1456 por Johannes Gutenberg, a logística de produção gráfica, que até então era centrada na xilogravura, sofreu uma mudança significativa (CORDEIRO, 1987, p. 28). Além disso, a produção massiva de papel a partir de resina de árvores tem início no século XIX, o que permitiu uma maior difusão e popularização das ideias discutidas na esfera pública (MELO, 2005). Esses dois fatores colaboraram para o fim do oligopólio de informações mantida pela Igreja e pelo Estado.

O espaço público gerou uma demanda pela troca de informações, intensificada cada vez mais pelo acesso da população à leitura e à escrita. A viabilização do papel foi o que permitiu uma outra descoberta, o tipógrafo. A produção da cultura foi acelerada pelo uso do papel e pela impressão em larga escala. (MELO, 2005, p. 27)

É na mudança da esfera pública de espaços físicos para as páginas dos jornais impressos que se consolida o conceito do jornalismo mediador como um lugar de debates de assuntos relevantes para um grupo social.

O aparecimento dos jornais no final do século XVII e princípios do século XVIII fomentou um novo espaço público para o debate. De início, esses jornais eram dedicados a assuntos literários e culturais, mas a temática foi se alargando para questões de interesse social e político. Gerou-se uma demanda por essas informações, pois o público queria entender e participar do processo decisório das instâncias de poder. Nesse novo espaço público, a sociedade começou a obrigar o poder a justificar-se perante a opinião pública. (MELO, 2005, p. 28).

Para Marques (2008), porém, há um afastamento da prática jornalística do conceito de esfera pública defendido pelo teórico alemão. Na primeira fase de sua teoria, Habermas destaca que, no início da revolução burguesa, o papel da imprensa era de mediação de “pessoas privadas”. Entretanto, posteriormente, sob a influência de outros autores da escola de Frankfurt, Habermas defende que a imprensa passa a fabricar opiniões e condicionar a opinião pública segundo interesses particulares.

[...] a evolução da imprensa politizante para a imprensa comercial faz com que ela se torne uma “instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de interesses privados privilegiados na esfera pública” (1984:218). O princípio da publicidade, antes entendido no sentido de expor razões e perspectivas ao crivo do julgamento público, impondo constrangimentos não só às autoridades, mas a todos os participantes, é pervertido pela lógica da propaganda de massa, que transforma a esfera pública de debate em um espaço propício para a aclamação. (HABERMAS, 1984, p. 218, apud MARQUES, 2008, p. 24).

Dessa forma, o autor rompe com a romantização da prática jornalística e abre espaço para a problematização do jornalismo como espaço de discussão.

“Cães de guarda da sociedade”, “princípio da responsabilidade social”, imprensa como o “Quarto Poder”. Todas essas expressões estão ligadas ao ideário romântico do jornalismo. De acordo com essas concepções, o jornalista teria um status diferenciado das demais profissões. Ele estaria, por princípio, comprometido com a sociedade – que lhe delega o poder de fiscalizar as instituições em seu nome – e com os valores democráticos. (PEREIRA, 2004, p. 3)

O autor também aponta que essa romantização surge com a profissionalização do jornalismo no século XX. Ijuim (2009) coloca essa suposta sacralidade dos jornalistas como um habitual slogan de campanhas publicitárias de grandes veículos da imprensa tradicional. “Tal consagração talvez advenha do papel histórico da imprensa de ser tribuna para debates e instrumento de movimentos decisivos que culminaram em conquistas expressivas para a sociedade. (IJUIM, 2009, online).

1.2.A internet, o jornalista e a esfera pública

Segundo Canabarro, a internet pode ser definida como “um sistema de padrões e protocolos lógicos que organiza e habilita a comunicação de dados entre dispositivos computacionais distintos, que integram subredes diversas” (2014, p.4 apud LEMOS; SANTANA, 2019, p. 75). Embora não tenha feito parte da teoria original de Habermas, o surgimento e a popularização da internet permitiu a formação de espaços públicos em ambientes digitais, nos quais são debatidas problemáticas de embate social concretas (MEDEIROS, 2013). “As redes, menos centralizadas e mais democráticas, potencializam os movimentos sociais, permitindo difusão de informação de maneira rápida e ampla, conectando iniciativas globais e locais” (MEDEIROS, 2013, p. 31). Dessa forma, a partir da organização da rede global são geradas possibilidades de reconfiguração de interação e embate social.

Castells (2013 *apud* LEMOS; SANTANA 2019) defende que, na esfera pública, o poder da comunicação se torna visível a partir da programação de redes, que influencia seus usuários e gera significados.

Além disso, agrega-se ao debate a Internet como um dos instrumentos e canais de participação e deliberação online dentro do contexto das novas tecnologias e que faz parte da noção de esfera pública em rede que será melhor contrastado com o conceito habermasiano de espaço público (LEMOS; SANTANA 2019, p. 74)

Assim, segundo a autora, a comunicação na internet pode configurar-se enquanto um elemento de debate e deliberação para aproximação de ambientes públicos e políticos.

Como posto por Hohlfeldt, a internet acabou “incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda” (2010, p.193, *apud* MEDEIROS, 2013, p. 27). Entretanto, o controle das pautas na rede pode não ser feito pelos usuários. O crescimento das *bigtechs* – grandes empresas de tecnologia, da base de dados e uso de algoritmos traz novos personagens para o debate público. Azedo (2020) aponta que a ampliação da esfera pública virtual foi nociva para a mesma, já que esse crescimento foi feito sem instituições políticas reguladoras. Dessa forma, segundo o autor, a esfera pública digital fica “sob controle dos novos protagonistas da globalização: Google, Facebook, Twitter, Microsoft, Apple, Huawei” (2020, online). Assim, essas empresas privadas ocupam uma infraestrutura que vai além dos limites fronteiriços dos países.

O termo “esfera pública em rede” se populariza com o estudo da *World Wide Web*, elaborado por Yochai Benkler, no qual é feita uma análise da rede mundial de computadores a partir de uma perspectiva do liberalismo econômico clássico proposto por Adam Smith (LEMOS; SANTANA, 2019).

A esfera pública em rede pode ser vista, então, a partir da perspectiva da economia da informação em rede. Essa economia não funciona dentro da lógica comercial tradicional, na qual os recursos estão concentrados nas mãos de poucos atores. Pelo contrário, a economia da informação em rede atua dentro do princípio da liberdade da circulação de informações e práticas de colaboração e compartilhamento de recursos na produção de novos produtos e resultados. (LEMOS; SANTANA, 2019, p. 75)

Com isso, a análise de Blenkler, que torna a informação um produto colaborativo, vem de encontro com a definição de esfera pública defendida por Habermas – uma vez que ambas teorias apresentam perspectivas liberais.

Com o advento e popularização da internet, a forma com que a sociedade consumia notícias sofreu alterações. O desenvolvimento de novas tecnologias trouxe diferentes recursos de produção e distribuição de materiais jornalísticos (OLIVEIRA, 2001).

As novas tecnologias de apuração (bancos de dados *online*, *data mining*), elaboração (Google Maps, planilhas *Excel*) e divulgação (Blogs, Twitter Facebook) de informação efetivamente facilitam e intensificam a produção jornalística. Isso sem levar em conta mecanismos envolvidos em polêmicas, como o uso de robôs (o “Drone Journalism” vem sendo saudado como o futuro jornalismo por publicação como *Wired* e *Fast Company*) ou de algoritmos para hierarquização ou mesmo a produção de notícias no caso do *Google News*. (SANDANO, 2015, p. 136).

Dessa forma, os profissionais ganharam novas ferramentas de trabalho que facilitaram a pesquisa de novas pautas, de apuração e de distribuição do conteúdo produzido. Além disso, o autor aponta que, com o avanço das novas tecnologias de comunicação e com a pluralidade de autores e de narrativas geradas, diferentes vozes passam a ser ouvidas. Porém, o uso dos códigos digitais para produção e distribuição de materiais jornalísticos pode acarretar na “tecnização” da narrativa, assim “reduzem-se a autonomia criativa do jornalista/autor e atrofiam-se as grandes narrativas na imprensa” (SANDANO, 2015, p. 137).

1.3. Responsabilidade do jornalista

Genro Filho (1987, *apud* CASTRO, 2019, online) reconhece a prática jornalística como uma ferramenta de conhecimento social, no qual destacam-se seus aspectos crítico e emancipatório. “Portanto, o jornalismo, enquanto serviço social, é encarado como o espaço público de visibilidade ampliada dos discursos plurais da sociedade” (CASTRO, 2019, online). Andringa (2014) defende que esse viés social do jornalismo vem acompanhado de responsabilidades para o veículo e para o próprio jornalista.

[...] ainda que se não deva omitir a responsabilidade social dos proprietários dos órgãos de informação, os jornalistas, mesmo assalariados, mantêm uma margem de decisão suficientemente ampla para que possamos falar da sua “responsabilidade social”, do seu compromisso com o público (ANDRINGA, 2014, p. 25)

Como exemplo, a autora cita sua experiência como repórter da estatal portuguesa RTP (Rádio e Televisão de Portugal) em 1985, quando realizou a cobertura de um campo de presos do Irã em território iraquiano.

O diretor aponta-me um jovem preso: “Vê? Tem 14 anos. É uma das crianças que Khomeini mobiliza para lutarem contra nós.” Pergunto ao jovem se não se importa que o entreviste [...] estende-me a sua identificação [...] “Olha melhor! Não vês que foi alterado? Eles querem provar que o Irão envia crianças para a guerra. Mas eu tenho 17 anos!” [...] “Sou contra Khomeini, quando sair hei de combatê-lo. Mas o que os iraquianos dizem sobre as crianças é falso. Diz isso no teu país!” (ANDRINGA, 2014, p. 26)

Uma vez que a matéria foi publicada – neste caso, em um veículo estatal – a autora poderia colocar a integridade de sua fonte em risco e, quiçá, causar problemas diplomáticos ao seu país.

Exibida na RTP, seria naturalmente vista pelos diplomatas iraquianos em Lisboa, e poder-lhe-ia acarretar graves perigos, quiçá a morte. Não a passar seria de algum modo traí-lo, já que tinha sido evidente o seu desejo de denunciar a propaganda iraquiana, sem ignorar os perigos que corria. A forma como conduzira a entrevista mostrava bem que estava plenamente consciente do que fazia. Hesitei muito. Acabei por achar que ele desejava e merecia que eu a exibisse. Ainda hoje não sei se e como terá pago a sua coragem (ANDRINGA, 2014, p. 26).

A autora ilustra, dessa forma, que as ações e escolhas que o jornalista toma pode surtir efeitos, positivos ou negativos, na sociedade, na rotina de suas fontes e até para o veículo no qual foi publicado o conteúdo em questão. Sem falar, ainda, dos profissionais que são atacados, e até mortos, por cumprir sua função.

A responsabilidade na função social do jornalista é retratada no terceiro tópico dos Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo, que é respaldada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pela *World Association of News Publishers*.

Informação em jornalismo é compreendida como bem social e não como uma comodidade, o que significa que os jornalistas não estão isentos de responsabilidade em relação à informação transmitida e isso vale não só para aqueles que estão controlando a mídia, mas em última instância para o grande público, incluindo vários interesses sociais. A responsabilidade social do jornalista requer que ele ou ela agirão debaixo de todas as circunstâncias em conformidade com uma consciência ética pessoal. (ASSOCIAÇÃO, 1980, online)

Além disso, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros também aponta o compromisso da responsabilidade dos profissionais das notícias:

Art. 2º - Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que: [...] III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão. (CÓDIGO, 2007 apud IJUIM, 2009, p. 31).

Paulo Freire defende que “Não é possível um compromisso autêntico se, àquele que se julga comprometido, a realidade se apresenta como algo dado, estático e imutável” (1979, p. 8). Dessa forma, uma vez que o jornalista não está a par da função social de sua *práxis*, ele fica a par do caráter filosófico do próprio jornalismo. “A alienação do profissional não lhe permite perceber esta obviedade. Seu compromisso se desfaz na medida em que o instrumento para sua ação é um instrumento estranho, às vezes antagônico, à sua cultura” (FREIRE, 1979, p. 18).

Com a ascensão do jornalismo de mercado, a prática da profissão se vê moldada pelas novas tecnologias e transformações econômicas. Essas mudanças trouxeram um novo paradigma para os jornalistas, uma vez que a qualidade do conteúdo produzido é menos importante do que o lucro gerado por ele (PEREIRA, 2004, *apud* PERDOMO, 2015, online).

Essa situação coloca a responsabilidade social do jornalista em voga, já que a lógica econômica do veículo pode não priorizar o princípio da mediação dos debates para a manutenção da esfera pública e fomentação de um ambiente democrático. Medina (1982 *apud* PERDOMO, 2015, online) defende, contudo, que a responsabilidade do profissional está relacionada ao público, não ao veículo em que trabalha.

O conflito entre a função social e os interesses mercadológicos está profundamente enraizado no jornalismo, já que é uma parte importante do seu processo de desenvolvimento. Enquanto a função social é imprescindível para que o jornalismo possa existir como parte essencial da sociedade democrática, as empresas precisam manter o interesse do público com estratégias de mercado que se orientam por interesses financeiros e não sociais. O jornalismo de serviço é uma das práticas para equacionar esse conflito. (PERDOMO, 2015, online).

A autora aponta que, em meio a esse conflito inerente ao jornalismo moderno, molda-se a prática jornalística, que se dá em meio às decisões editoriais político-econômicas dos veículos. Dessa forma, Perdomo questiona a ética da prática jornalística de mercado. Segundo ela, “notícias que carecem de confirmação, textos que reforçam estereótipos, hierarquia de informações que privilegia a curiosidade e o sensacionalismo

em detrimento do interesse público” (PERDOMO, 2015, online) permeiam as matérias veiculadas na imprensa tradicional. Dessa forma, nos é apresentado

[...] um jornalismo que fala apenas para uma pequena parcela da sociedade que têm bem definidos os seus temas de interesse, e que se contenta ao receber informações que não denunciam ou questionam o estado das coisas, apenas se resignam a replicar a mesma fórmula, para manter a liderança nas tiragens seu *status* monopolista. (PERDOMO, 2015, online)

Dessa forma, segundo a autora, quando o jornalismo abre mão de priorizar o interesse público na produção de matérias, ele também cede sua função social. Além disso, também são apontados como lapsos na responsabilidade social do jornalista a escolha de pautas e fontes norteadas pela política editorial dos grandes veículos de imprensa e o modo em que se apresentam, ou não, determinadas pautas no material divulgado.

CAPÍTULO 2 - CONSTRUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO E DE SENTIDOS SOCIAIS

Lages (1982, 1985 *apud* SILVA, 2012) defende que não se pode embarcar em uma única definição o que é a notícia, uma vez que este é um fenômeno multifacetado e socialmente produzido. Silva (2012), entretanto, indica que as notícias podem ser interpretadas como

tudo aquilo que pode ter algum interesse para o leitor, que interfere direta ou indiretamente em sua vida, que lhe provoca de alguma forma os sentidos: um crime que choca, uma história humanitária que comove, uma circunstância econômica que mexe no bolso, uma contingência que modifica a rotina (SILVA, 2012, p. 20).

Além disso, a autora reconhece que não se pode sintetizar a prática jornalística à busca e disseminação sistematizada de acontecimentos, havendo, assim, diversas faces intelectuais no trabalho do jornalista.

Silva (2012) destaca que é importante observar as notícias isoladas do próprio jornalismo, uma vez que elas são vistas pelo senso comum como o pretexto para a existência do jornalismo em si.

Assim, questionando o que é o jornalismo propriamente dito, Traquina (2005, p. 19) o define, sob um exame poético, como “A vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia”. Entretanto, os jornalistas “responderiam prontamente, como define a ideologia profissional desta comunidade, que o jornalismo é a realidade” (2005, p. 19).

A partir disso, neste capítulo será feita uma análise da construção social de sentidos a partir das notícias e do jornalismo. Para tanto, serão brevemente examinadas algumas teorias e investigações acerca da concepção das notícias, da prática jornalística e da parcialidade dos discursos.

Traquina (2005 *apud* SILVA, 2012) e Sousa (s/d *apud* SILVA, 2012) defendem que muitas dessas teorias são insuficientes ou incompletas para um exame acerca das problemáticas no jornalismo, porém, quando combinadas, trazem uma perspectiva de análise mais abrangente que pode gerar novos entendimentos sobre o objeto de estudo em questão.

2.1 Teorias do jornalismo

2.1.1 Bourdieu e o socioestruturalismo

O sociólogo francês Pierre Bourdieu estabeleceu três análises distintas acerca da mídia. A primeira, nos anos 60, trazia uma crítica ao conceito frankfurtiano de cultura de massa, termo que considerava não concreto. Nas décadas de 70 e 80, Bourdieu elaborou a segunda crítica, na qual defendia que, durante o processo de intermediação da notícia propriamente dita, o jornalismo vulgarizava a produção cultural, política e acadêmica. A terceira crítica foi feita nos anos 90, quando o sociólogo definiu o campo jornalístico como não autônomo, ou incompleto, por não possuir lógicas e preceitos próprios (FERREIRA, 2004). Para compreender essa crítica à prática jornalística, é necessário aprofundar algumas perspectivas sobre o autor.

Bourdieu traz em suas fontes teóricas autores como Althusser, Habermas e Foucault, além de estabelecer diálogo com o estruturalismo de Lévi-Strauss e algumas teorias marxistas (THIRY-CHERQUES, 2006). O autor estabelece uma análise acerca das estruturas subjacentes da sociedade, ou seja, que não dependem da consciência dos indivíduos que a compõem. Assim, suas teorias têm “uma função crítica, a do desvelamento da articulação do social. O método que adota se presta à análise dos mecanismos de dominação, da produção de ideias, da gênese das condutas” (THIRY-CHERQUES, 2006, online)

Dois importantes conceitos para a compreensão da crítica de Bourdieu são os de *habitus* e capital cultural. Costa (2013) defende que o *habitus* corresponde aos costumes contínuos e duradouros que moldam arranjos sociais sem a coerção de agentes, ou seja

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1994, p. 60- 61, *apud* COSTA, 2013, p. 13).

Assim, segundo o autor, o *habitus* se refere a um *modus operandi* que organiza as práticas sociais – o que significa dizer que hábitos comuns da rotina dos agentes são organizadas e organizam os campos sociais. Dessa forma,

O *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes ao do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem a diferença entre o que é o bom ou é mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas elas não são as mesmas. (BOURDIEU, 1996, p. 22)

O *habitus* se põe, assim, como um aspecto regulador e regulado pelo capital cultural dos agentes de um determinado campo social. Esse capital, por sua vez, está relacionado às heranças familiares de conhecimentos, habilidades e informações – ou seja, as instruções transmitidas dentro de um grupo familiar. Além disso, o capital cultural também é herdado por instruções no período escolar de cada agente (THIRY-CHERQUES, 2006). Assim, os formadores desse capital “definem atitudes em relação à cultura e, num jogo de aceitações, negociações e recusas – nas estruturas estruturadas e estruturantes (*habitus*) –, deliberam as disposições sociais (dentre elas, o gosto)” (COSTA, 2013, p. 13). Esse conceito está relacionado à localização do agente na estrutura social. Logo, quanto maior e mais qualificado for seu capital cultural, melhor posicionado estará. (THIRY-CHERQUES, 2006).

Bourdieu indica como exemplo disso o consumo de produtos artísticos: um agente cuja família e escola não transmitiram o costume de ouvir música clássica não tem o capital cultural para decifrar os códigos presentes nas obras eruditas. (COSTA, 2013).

Daí que um indivíduo educado numa família que consome os bens da indústria cultural cotidianamente, e que não tem acesso ao arbitrário cultural legítimo via Escola, somente pode ter o consumo midiático da indústria cultural como recurso de sentido maior em seus meios (COSTA, 2013, p. 19).

Assim, o *habitus* de um agente é responsável pelo desenvolvimento de seu gosto, que, sob a visão de Bourdieu, não é intrínseco à sua personalidade, e o capital cultural traz a capacidade de decifrar determinados códigos. Dessa forma, Costa (2013) defende que os conceitos de *habitus* e capital cultural se relacionam de forma estruturante com o campo da mídia – o consumo midiático produz e é produto do capital cultural. “Definidor e definido pelo *habitus* (de classe), o indivíduo consome aquilo que, em geral, faz parte de seu cotidiano e que, primeiramente, o habilita a decifrar os códigos que o rodeiam.” (COSTA, 2013, p. 20).

Para Bourdieu (1996), os campos são estruturas sociais relativamente autônomas, assimétricas e hierarquizadas. Esses grupos são compostos por agentes e instituições que obedecem às regras e leis estabelecidas por este próprio campo. Além disso, também travam disputas com outros grupos pela distribuição de capital, seja ele cultural, político ou econômico.

Thiry-Cherques (2006) observa que esses grupos são compostos por uma lógica própria, que não pode ser compreendida a partir da lógica de outros campos.

O campo é delimitado pelos valores ou formas de /capital/ que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não conscientes, que se fundam no /habitus/ individual e dos grupos em conflito. (THIRY-CHERQUES, 2006, online, grifos do autor).

Segundo o autor, os campos surgem como formas de distinção social, de conhecimento, de ser e de ver o mundo. Assim, cada campo detém seu próprio conjunto de valores e interesses. Montagner e Montagner (2011) observam, porém, que os campos não devem ser vistos enquanto espaços concretos, mas uma área abstrata e de representação social.

Assim, o conceito de campo passa a ser um instrumento heurístico, capaz de iluminar a análise das “posições” dos agentes envolvidos em uma determinada arena social, suas “disposições” e a partir daí suas “tomadas de posição” dentro do campo. Destarte, o estudo dos campos se complexifica e torna-se uma teoria geral da ação dos indivíduos, com conotações de funcionamento global dentro da sociedade (MONTAGNER; MONTAGNER, 2011, p. 264).

Segundo Bourdieu, o campo jornalístico está incluído no campo cultural, da mesma forma que produtos culturais, educacionais e científicos (SETTON, 2001). Em sua terceira crítica ao jornalismo, citada no início deste capítulo, Bourdieu apresenta a obra *Sobre a Televisão*, na qual é elaborada uma análise crítica do jornalismo televisivo, que, segundo Setton (2001), não possui uma lógica de produção própria, seguindo, assim, a lógica mercadológica. Ou seja, o telejornalismo transformaria pautas ordinárias em espetáculos para atrair a maior audiência e, em consequência, ter maior lucro.

Assim, quando afirma que quando o campo é hegemônico pelo “comercial”, e não, pelo “puro” (propugnado pelos defensores dos valores éticos e procedimentos profissionais), o jornalismo inverte a lógica de muitos campos da cultura (o científico, o artístico etc.) nos quais o peso do comercial está subordinado, ainda, às regras de autonomia por esses produzidas. A

conseqüência nefasta é a pressão que o campo jornalístico exerce sobre os campos acadêmico e artístico, no sentido de uma lógica de legitimação do discurso pela audiência (enquanto a arte e a ciência avançaram, muitas vezes, apesar da ausência de audiência imediata). (FERREIRA 2004, p. 39)

Para Bourdieu (1997), o campo jornalístico não detém autonomia para se autolegitimar, uma vez que não tem regras profissionais claras como outros grupos. Dessa forma, é invadido por outros campos, principalmente o econômico e político.

Tudo isso faz com que a influência incessantemente ampliada de um campo jornalístico, ele próprio sujeito a uma influência crescente da lógica comercial sobre um campo político sempre obcecado pela intenção de demagogia, contribua para enfraquecer a autonomia do campo político e, por conseguinte, a capacidade concedida aos representantes de invocar sua competência de peritos ou sua autoridade de guardiães dos valores coletivos. (BOURDIEU, 1997, p.115).

Setton (2001) aponta que todos os discursos devem ser observados sob a lógica dos campos de produção e distribuição. A autora entende que, segundo Bourdieu, uma vez que um agente ou uma instituição detém o discurso, é imposto aos leitores ou ouvintes uma estrutura de pensamento. Dessa forma, todo discurso é parcial.

Para Bourdieu, a dimensão ideológica do campo jornalístico é produto de um desconhecimento sistemático do arbitrário da produção cultural, do caráter mágico de sua criação e de sua legitimação. Ao criar, ao dar como existente um fato ou notícia, impõe suas categorias de percepção ao mundo, inculca uma visão de mundo. Contudo, alerta para mais um elemento de dominação. Considerando que o mesmo campo que tem o poder de criação e realização dos fatos do real está submetido a uma lógica que não lhe é própria, que sobrevive à custa da alienação de sua autonomia, conclui que a fabricação do real está submetida aos interesses do mercado. (SETTON, 2001, p. 35).

Assim, segundo a autora, os produtos jornalísticos são submetidos à visão de mundo do jornalista autor ou do veículo em que essa mensagem é transmitida, de forma que todas ações comunicacionais podem ser compreendidas como relações de poder e força.

2.1.2 Gatekeeper

Apontada por Traquina (2005) como a primeira teoria acadêmica na literatura sobre o jornalismo, a teoria do *gatekeeper* surge nos anos 1950, com os estudos de David Manning White. Nela, defende-se que as notícias devem cruzar um portão de seleção para chegar aos canais de comunicação (FERNANDES, 2011). Traquina (1993, p. 142 *apud* FERNANDES, 2011, p. 5) defende ainda que esses portões “são regidos ou por regras imparciais ou por um grupo no ‘poder’”. A teoria do *gatekeeper* se liga diretamente a personalidade do profissional, uma vez que ele se encarrega de selecionar as notícias

que cruzam o portão e alcançam a percepção pública ou as que são deixadas de fora do material veiculado.

Ou seja, o jornalista perde a sua isenção e a sua imparcialidade quando decide o que passa pelo portão e o que não passa, ou seja, o jornalista perde a sua neutralidade quando desempenha o papel de porteiro, de *gatekeeper*. Deste modo, o termo *gatekeeper* acaba por ser aplicado “à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões” (Traquina, 2002, p. 77). Neste sentido, a filtragem e a selecção das notícias levadas a cabo pelo jornalista, “é extremamente subjectiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (Traquina, 1993, p. 145); daqui compreender-se que uma notícia sobre um mesmo assunto difira de jornalista para jornalista. (FERNANDES, 2011, p.6).

As notícias passam, assim, a ser vistas como produtos das ações e das intenções dos indivíduos. Essa teoria, portanto, avalia a selecção parcial, subjectiva e arbitrária da produção dos jornalistas que é gerada a partir de suas experiências e expectativas (TRAQUINA, 2005). É importante destacar que essa análise é feita no microambiente da ação jornalística e ignora, portanto, aspetos relacionados ao macro. “É, assim, uma teoria que se situa ao nível da pessoa jornalista, individualizando uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização” (TRAQUINA, 2005, p. 151). O autor também destaca que essa teoria se aprofunda na personalidade do jornalista a partir da psicologia.

Estabelecer uma análise crítica ao jornalismo a partir da individualidade dos jornalistas coloca essa linha teórica em oposição a outras análises da prática jornalística – como a teoria do espelho, que defende o jornalismo como uma plataforma de representação fiel da sociedade em totalidade (FERNANDES, 2011).

2.1.3 Organizacional

Essa teoria analisa os constrangimentos sociais sofridos pelos jornalistas em ambientes como a redação, onde são impostas normas e regras editoriais (TRAQUINA, 2005). Também conhecida por “teoria das forças sociais”, essa linha de análise foi desenvolvida por Warren Breed e, ao contrário da teoria do *gatekeeper*, centraliza a problemática em um ambiente mais amplo e complexo, não apenas à personalidade do jornalista.

Segundo Breed (*apud* COMUNIQUEIRO, 2016), há dois níveis de influência na produção de notícias: o nível organizacional, no qual encontram-se “fatores como o desejo do lucro, a escolha de fontes, o acontecimento, a competição entre editores e editorias, recursos humanos e materiais, a hierarquia” (COMUNIQUEIRO, 2016, online), logo, os elementos burocráticos internos de uma redação; e o nível extra organizacional, que é composto por “audiência e mercado, a relação estabelecida entre jornalista e fonte assim como a preferência aos canais de rotina” (COMUNIQUEIRO, 2016, online). Dessa forma, as decisões dos profissionais da redação, sejam repórteres ou editores, estão submetidos à lógica econômica e burocrática do veículo em questão. Para tanto, segundo Traquina (2005), a pressão dessa estrutura organizacional é mais convincente do que os valores e crenças pessoais dos jornalistas.

Todos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que aprendem ‘por osmose’. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e ‘aprendem as regras’ como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dela, a fim de obter recompensas e evitar penalidades”. (BREED, 1955/1993, p.155 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 153).

Dessa forma, segundo o autor, a preocupação da socialização do profissional está na cultura da organização e não na cultura profissional. Além disso, Breed também indica os seis fatores que permitem esse conformismo dos jornalistas com a pressão burocrática do veículo. São eles: a autoridade institucional e as sanções; os sentimentos de obrigação com os superiores; as aspirações de crescimento profissional; a não interferência de sindicatos ou conflitos dentro das redações; o prazer de desenvolver o trabalho e, por fim, a gratificação de divulgar as notícias (TRAQUINA, 2005, p. 153). Para esta linha de análise, assim como para a teoria da ação política, o fator econômico do veículo é de grande importância e molda as decisões dos funcionários e da política editorial da empresa.

2.1.4 Ação política

Essa linha teórica surge nos anos 1960, quando se desenvolveram diversos estudos acerca da ideologia influenciada por autores marxistas, pela semiótica francesa e pela escola culturalista inglesa (TRAQUINA, 2005). Segundo ela, a decisão de quais

pautas e materiais devem ou não ser veiculados, ou manipulados, são traçadas a partir dos interesses políticos e econômicos nas informações (COMUNIQUEIRO, 2017).

A interpretação dessa teoria é feita em dois espectros: para um deles, o controle de pautas e a manipulação de informações é feita pelo Estado; enquanto para outra, ela é feita pelos interesses mercantis de empresas privadas. Ambos analisam a linguagem e os signos enquanto símbolos ideológicos (COMUNIQUEIRO, 2017).

Para Stuart Hall, tanto a linguagem quanto a imagem nela inseridas se inscreveriam na cultura dos grupos sociais. Assim surgiram as implicações políticas e sociais na atividade jornalística e o papel social das notícias, bem como a capacidade do jornalismo em contribuir para a teoria democrática. (COMUNIQUEIRO, 2017, online).

Assim, essa teoria se encarrega de analisar os conceitos de objetividade e da suposta imparcialidade do discurso jornalístico, além de examinar os jornalistas de maneira instrumentalista, ou seja, encara os profissionais como estando a serviço de interesses de terceiros. Dessa forma, as correntes de pensamento dessa linha teórica sugerem que “as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc” (TRAQUINA, 2005, p. 162).

Há divergência entre as diferentes linhas de análise dessa teoria quanto ao papel exercido pelo jornalista nesse processo. Alguns deles acreditam que os profissionais têm uma posição política divergente do restante da população, mais especificamente, que os jornalistas usam o material produzido para fazer propaganda anticapitalista. A outra vertente acredita que esses profissionais não desempenham um papel relevante, uma vez que a manipulação das informações é feita pela direção do jornal ou, em uma ótica macroeconômica, pelo sistema capitalista (TRAQUINA, 2005, p. 162).

2.2 Construção de sentidos nas narrativas jornalísticas

Segundo Motta (2005, p.15), “as narrativas são construções discursivas sobre a realidade humana. São representações mentais linguísticas organizadas a partir das nossas experiências de vida” (*apud* DAMACENA, 2007, p.31). De acordo com o autor, as narrativas sempre representam a elaboração de sentidos de um mundo, seja ele real, no qual se encontram as narrativas jornalísticas, ou fictício.

Dalmonete (2010) defende que a narrativa jornalística, além de ser o espaço de articulação de discursos sociais - o que o torna um mediador entre os acontecimentos e a percepção pública -, tem compromisso com a realidade. “Toda a comunicação que interessa à opinião pública é mediada pela instância jornalística, que confere uma aura de importância ao que é narrado, pressupondo um processo de seleção dos fatos, apuração e articulação de vozes conflituosas” (DALMONTE, 2010, p. 216).

Medina (2003) também reconhece o jornalista enquanto um agente cultural responsável pela mediação de grupos e indivíduos em uma rede de comunicação social. Enquanto um indivíduo único, com ações e reações próprias, o jornalista tem experiências individuais que moldam sua consciência e senso de correto ou errado – logo, uma maneira particular de ver e interagir com o mundo (DAMACENA, 2007). Dessa forma,

É errado, então, afirmar que em uma reportagem, a pessoa que a escreveu conseguiu se isentar de todas as opiniões que teve, durante a sua vida inteira, para apresentar um fato de modo que apresentasse a verdade. A vida é feita de escolhas e caminhos que conseqüentemente levam a mais escolhas e outros caminhos, e diante de tais acontecimentos é forçoso encarar a vida como algo previsível ou “mecânico” (DAMACENA, 2007, p. 22).

A partir da personalidade do jornalista e da impossibilidade de um discurso neutro, a autora rompe, assim, com os padrões industriais de jornalismo que surgiram nos periódicos europeus dos grandes centros urbanos do século XVII, que, segundo Medina (1978), iniciaram a massificação do jornalismo quando a notícia passou a ser vista como um produto comercial.

Com o advento e a popularização da internet, essas estruturas sofreram alterações, mas a teoria socioestrutural de Bourdieu também nos permite analisar as relações sociais virtuais, mesmo quando os estudos do autor não apresentam os espaços virtuais ou as relações estabelecidas na rede digital como objeto (PIMENTA, 2017). Duarte (2014) defende que todas as ações, pensamentos e sentimentos são mediados pelo espaço social. Quando se trata das novas relações sociais geradas a partir da difusão da internet, a autora defende que

Tais relações articulam-se entre os sistemas de ação e trajetória vividas que levam à construção de identidades reais ou virtuais, dependendo das relações estabelecidas pelos agentes em seus contextos de interação que são resultados das diversas condições acumuladas na trajetória de vida de cada agente,

mediados pelas composições dos capitais em seu sentido global (DUARTE, 2014, online).

Duarte aponta também que, na lógica comunicacional do espaço virtual, pode-se observar que não há, ou há em pouca intensidade, encontros físicos dos agentes que interagem online. Porém, outros aspectos simbólicos são responsáveis por garantir que indivíduos que tem pouco em comum se relacionem na internet – como exemplo disso, pode-se observar as redes sociais.

O habitus, neste sentido, nos abre a porta da internet e dos lugares por onde iniciamos nossa navegação. Contudo, quanto mais nos deslocamos nos hiperespaços da web, mais vemos e somos vistos por diferentes atores de habitus diversos. E mais podemos estabelecer contato, comunicação, com outros (PIMENTA, 2017, p. 254).

Dessa forma, o autor defende que a rede de internet, apesar de nova, recebe práticas antigas, “seja pela divergência, seja pela convergência de valores, discursos, ideologias e crenças, de forma a contestar seus objetos, agentes e estruturas pelo mesmo canal de dominação simbólica” (PIMENTA, 2017, p. 245). Assim, os espaços digitais podem ser responsáveis por mudanças na realidade não virtual. Como exemplo, o autor cita os protestos que ocorreram no Brasil em junho de 2013, nos quais diferentes atores sociais se mobilizaram através das redes sociais.

Ainda tratando do contexto digital, falar de narrativas jornalísticas já não corresponde apenas à construção textual (como o *lead*), o leitor ganha participação nesse processo.

O atual estágio da comunicação, a partir de tecnologias interativas, permite questionar o conceito de narrativa jornalística, uma vez que o leitor/navegador é convocado a participar da construção do conteúdo, o que tradicionalmente sempre ficou a cargo da instância de produção. Esta não é uma questão simples, pois o conceito de jornalismo participativo, ou cidadão, ainda é bastante discutível. Mas, é inegável que em detrimento de outras modalidades jornalísticas, as que são praticadas na rede de computadores estão mais abertas à colaboração em vários níveis, desde a simples postagem de comentários, até seções criadas para a postagem de conteúdo (DALMONTE, 2010, p. 227).

Assim, DalmonTE defende que o “webjornalismo” assume uma postura colaborativa com os leitores, em busca de construir uma narrativa que represente fielmente a realidade em si. Destaca-se, então, que a narrativa jornalística é configurada enquanto “instância que se deve construir com base na independência e coerência quanto ao que divulga”

(DALMONTE, 2010, p. 230). Além disso, as mídias digitais permitiram uma variedade maior de discursos no debate público, de forma que

As novas modalidades de narrativas sociais estabelecem outros lugares de visibilidade que, agora, já não dependem apenas dos tradicionais veículos de comunicação para tornar públicos determinados assuntos, pois não há filtros. Ao invés de ser mostrado, o indivíduo, ou grupo, mostra-se e escolhe como ser enquadrado. Para além da visibilidade, agora acontece disputa pelos modos de ser mostrado, ou pelos regimes de visibilidade, o que reforça a natureza dos novos processos comunicacionais não mediados, em detrimento do modelo tradicional de jornalismo (DALMONTE, 2010, p. 230).

Motta, Costa e Lima (2004) veem os métodos de intermediação entre os acontecimentos e a percepção pública, reféns dos sentidos coletivos e pessoais, que são reforçados por componentes da cultura. “Esse processo narrativo do cotidiano surge impregnado de elementos provenientes do imaginário e da memória cultural coletiva e mistura-se com a realidade objetiva dos fatos reportados.” (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p. 34).

Assim, os autores compreendem a narrativa jornalística além da coleta e divulgação de notícias, sendo ela responsável pela inclusão dos leitores ou espectadores no universo social em um processo que ocorre de forma contínua. “Falamos, pois, de um processo sócio-cultural de produção, veiculação e absorção dos fatos do cotidiano, que atuam na construção social da realidade, à medida que se transformam em experiências compartilhadas do mundo” (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p. 33). Dessa forma, defendem que as notícias, enquanto narração de fatos específicos, são produtos culturais que elaboram a realidade a partir de sua ressignificação e de elementos do universo cultural. Além disso, também são repletas de sistemas simbólicos que influenciam a construção de sentido para os leitores ou espectadores – fato observável a partir da estrutura de linguagem.

[...] acreditamos que no processo de mediação da realidade social realizado pelas notícias há componentes simbólicos atuantes que interpretam os sujeitos durante os seus esforços de compreensão da realidade caótica e contraditória. É nesse esforço de apreensão da realidade que o imaginário dos leitores penetra no ato da leitura preenchendo as lacunas deixadas pelo texto. A natureza logomítica da linguagem lhe confere potencial disseminador de sentidos que extrapolam a referência direta racional, pois sugere imagens, sensações, texturas, sentimentos, memórias. Vistas desta maneira, as notícias conformam um sistema eminentemente simbólico. (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p. 35).

Os autores defendem, dessa forma, que a construção de sentidos a partir da narrativa jornalística está intrinsecamente associada aos símbolos presentes no texto em questão. Resende (2006) observa que o autoritarismo é uma problemática dessa narrativa, já que a elaboração desse discurso se atrela a reconstruir a realidade a partir de elementos, sejam textuais ou midiáticos, que são escassos para representar a realidade tal como ela é.

2.3 Mercantilização das notícias

Sousa (2008) aponta que os grandes veículos de imprensa iniciaram uma homogeneização dos materiais jornalísticos a fim de alcançar uma parcela maior da população e, dessa forma, aumentar suas vendas. Além disso, o autor observa que, com o surgimento das agências de comunicação no século XIX, os veículos de imprensa passam a adquirir notícias como um produto de revenda. “Num quadro de entendimento empresarial do negócio jornalístico, o aumento das tiragens [...] gerava receitas suficientes para os jornais pagarem a fornecedores externos de informação” (SOUSA, 2008, p. 128). Por um lado, isso facilitou a divulgação de notícias vindas de locais fora da área de cobertura do veículo, como os acontecimentos internacionais. Contudo, essa mercantilização da notícia tirou a autonomia sobre o processo de apuração e de investigação dos jornalistas do veículo, uma vez que as matérias chegavam prontas às redações, cabendo ao jornalista somente divulgá-las.

Além disso, os elementos textuais da construção do discurso jornalístico, como o *lead* ou pirâmide invertida, passam a ser encarados como uma ideologia profissional (SOUSA, 2008), ou seja, como um critério de seleção. Isso faz com que os profissionais adotem essas estruturas textuais e de linguagem a fim de ocupar, ou continuar ocupando, vagas no mercado jornalístico tradicional. “Em pouco tempo dentro de uma indústria jornalística, o repórter passa a defender os mesmos interesses dos grupos econômicos e políticos proprietários dos veículos de comunicação.” (PASCHOAL, 2017, online)

Quando se trata do “webjornalismo”, destaca-se o papel dos gestores independentes da informação, que trouxeram uma pluralidade de discursos e narrativas para o debate público – função que antes estava restrita aos grandes jornais e emissoras (SOUSA, 2008). É possível perceber, então, que, com a difusão do jornalismo digital,

“meios de comunicação ‘independentes’ têm cada vez mais tomando notoriedade, e a profundidade e conhecimento de fatos relevantes sobre centros não tão expoentes [...] fica a encargo de seus leitores” (PASCHOAL, 2017, online). Este encargo, todavia, pode ser relacionado aos conceitos de *habitus* e capital cultural defendidos por Bourdieu (1996) – uma vez que um indivíduo que foi formado a partir do consumo da indústria cultural não deve, intuitivamente, buscar informações em veículos alternativos ou independentes, ficando preso à narrativa tradicional do jornalismo. Como exemplo disso, Paschoal cita a construção da imagem do continente africano na imprensa brasileira:

Observamos também que há a predominância de duas imagens mais recorrentes de África que são, de um lado, um lugar excêntrico culturalmente e, de outro, o lugar da fome, da miséria e de acontecimentos trágicos. Desta forma, quando os países africanos são apresentados aos brasileiros, veem-se as histórias e realidades daquele continente serem ditas de maneira simplificada e reducionista, como se estivéssemos excluindo a diversidade presente entre os 54 países.” (PASCHOAL, 2017, online).

Dessa forma, os indivíduos que consomem os conteúdos jornalísticos nos princípios da indústria cultural e não se encarregam de buscar outras narrativas, terão acesso apenas a construção de sentido pejorativo supracitada.

CAPÍTULO 3 - JORNALISMO DE SAÚDE E A COVID-19

Gregorim (2020, online) define saúde como o “estado do organismo com funções fisiológicas regulares e com características estruturais normais e estáveis, levando-se em consideração a forma de vida e a fase do ciclo vital de cada ser ou indivíduo.” Esse conceito apresenta adversidades para ser demarcado em uma única definição, já que se relaciona diretamente às variáveis incluídas ou não pelo autor na abrangência da saúde em si (EPSTEIN, 2008). A definição citada anteriormente, por exemplo, leva em consideração os aspectos biológicos para enquadrar o conceito, mas ignora as variáveis psicológicas e sociais defendidas pela Organização Mundial da Saúde, que define saúde enquanto “o estado de completo bem estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doenças” (NUTBEAM, 1998 *apud* EPSTEIN, 2008, p. 134). Os discursos sobre saúde também consideram aspectos da economia e da política (CASTIEL; GUILAM; FERREIRA, 2010 *apud* SILVA, 2012).

Neste sentido, as metáforas que associam o bom funcionamento do “corpo social” à saúde engendram abordagens orientadas mais pelo ângulo da prevenção e/ou dos conceitos conservadores acerca da promoção da saúde e voltadas para o indivíduo. Castiel e Álvarez-Dardet (2007) observam que isso acaba trazendo poucos benefícios para a coletividade, pois conduz à dissolução das responsabilidades sociais a partir dos efeitos do individualismo, além de impor um forte sentido de culpabilização da pessoa por seus próprios problemas (SILVA, 2012, p. 36).

Alguns autores compreendem, assim, a doença e a saúde enquanto fenômenos sociais. Herzlich (1994 *apud* SILVA, 2012), por exemplo, defende que as naturezas das doenças se diferenciam pela época, por questões sociais e por hábitos da comunidade em si – aspectos sociais que se relacionam e coexistem com a face biológica da doença. “O que equivale a dizer que a interpretação coletiva que se faz da saúde e da doença em cada contexto espaciotemporal estará sempre pondo em questão a sociedade ou a ordem social então vigente” (SILVA, 2012, p. 34). Dessa forma, a autora defende que, por mais que o enfrentamento da doença ocorra no campo da biologia, os impactos causados por ela são perceptíveis nos campos sociais, de forma que os sentidos gerados pela saúde, pela doença e por suas contraposições expandem-se além da prática médica. Assim, a análise da saúde a partir de elementos sociais, como o jornalismo, “permite identificar e controlar prioridades nacionais e regionais, alocar recursos para pesquisa e desenvolvimento, distribuir recursos para intervenções no nível da saúde

pública levando em conta o custo benefício das intervenções” (MURRAY; LOPEZ, 1996a, p.20-21 *apud* EPSTEIN, 2008, p. 135).

Segundo Oliveira (2014), o desenvolvimento tecnológico permitiu uma aproximação entre as áreas da saúde e da comunicação. Tal fenômeno pode ser explicado pelas novas tecnologias, que auxiliaram a descoberta de medicamentos, tratamentos e comportamentos profiláticos. Com isso, cresceu a necessidade de divulgação e popularização dessas novidades, atividade que coube ao jornalismo por sua capacidade de difusão rápida de informações (OLIVEIRA, 2014).

A autora também defende que há duas correntes de cobertura jornalística na área da saúde: a primeira conexas à promoção da saúde, no qual encontram-se pautas relacionadas aos “avanços da ciência, modos de cura, descoberta de novos medicamentos, novas tecnologias e procedimentos para a erradicação de doenças ou de combate aos agravos de saúde” (OLIVEIRA, 2014, p. 35); já a segunda vertente se relaciona aos acontecimentos imprevisíveis em um âmbito social “envolvendo diversos tipos de ocorrência relacionados à política, a grupos sociais, a especialistas, a autoridades, a governos e/ou ao cotidiano dos serviços do campo da saúde” (OLIVEIRA, 2014, p. 35).

Outra problemática da cobertura do jornalismo de saúde está no valor da notícia em si. Como defende Kuscinsky (2002), a fim de validar a própria narrativa, os jornalistas buscam as autoridades de outros campos como fontes para confirmar algo que já desejavam dizer. Dessa forma, no jornalismo de saúde, são procurados os secretários de saúde e chefes de hospitais; excluindo os médicos populares, agentes de saúde, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde da narrativa construída. O autor também aponta a linguagem jornalística e o tempo como causas de conflitos na cobertura jornalística de saúde. Segundo ele, ambos aspectos são interpretados de formas diferentes em cada uma dessas duas áreas, o que faz com que aconteçam superficialidades, generalizações e equívocos na cobertura (KUSCINSKY, 2002).

Epstein (2008) defende que essa associação da mídia com as áreas da saúde pode auxiliar na articulação de medidas de saúde pública, como a prevenção e identificação de sintomas e doenças prematuramente. Para tanto, o autor propõe um

trabalho interdisciplinar entre ambas áreas na escolha de pautas e de quais plataformas de mídia são mais adequadas na difusão dessas informações. Epstein (2008) também aponta a problemática da alfabetização em saúde, conceito que se encarrega de analisar a capacidade de um indivíduo de processar e agir de acordo com as informações que recebe de maneira que preserve sua boa saúde. Assim,

A disponibilidade da informação em saúde pode ser inútil e potencialmente prejudicial se o receptor da informação não possuir um nível suficiente de alfabetização científica para compreender o que está sendo comunicado e aplicar este conhecimento apropriadamente em sua própria vida. (BERNHARDT; CAMERON, 2003 *apud* EPSTEIN, 2008 p. 141).

Tratando da pandemia do novo coronavírus, o potencial negativo do analfabetismo em saúde são agravados, uma vez que o 2019-nCoV, RNA vírus responsável pela infecção, usa as secreções respiratórias para se espalhar, o que lhe garante uma alta taxa de transmissibilidade (BELASCO; FONSECA, 2020, online). Lana et al. (2020) apontam que essa rápida capacidade de difusão do novo coronavírus incentivou cientistas na busca por informações sobre a doença.

O esforço mundial de geração de informações sobre o novo coronavírus é impressionante. Em um mês de existência, o novo vírus já era citado em 37 publicações no PubMed, com análises descritivas dos primeiros casos, análises de sequências genômicas e aspectos clínicos. Esse movimento é produto de um sistema de vigilância internacional sensível, assim como de uma política de compartilhamento de dados e achados (LANA et al., 2020, online).

Esse movimento permitiu, segundo os autores, que diversos grupos se organizassem em tempo real entorno dos dados compartilhados e, dessa forma, uma rápida mobilização na aplicação de modelos matemáticos e estatísticos, por exemplo, para auxiliar o monitoramento e a definição de planos de ação e combate ao vírus. Além disso, a população em geral aumentou a procura por informações acerca da doença e das formas de contágio, o que favoreceu a disseminação de notícias e recomendações médicas falsas. Como apontado pelos autores,

[...] o avanço do uso de mídias sociais como meio de informação trouxe consigo o desafio de monitorar e responder rapidamente a conteúdos falsos disseminados nestes canais, e de forma que possam igualmente circular nos mesmos. Por exemplo, em paralelo às notícias oficiais e matérias informativas em veículos tradicionais, áudios falsos com recomendações equivocadas circularam em mídias sociais se passando por comunicados de entidades de respaldo público como a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI). Também houve a tentativa de resgatar o mito de que certos chás têm as mesmas propriedades antivirais do fosfato de oseltamivir (princípio ativo do antiviral usado

para o tratamento de SRAG por vírus Influenza), sugerindo o consumo destes para casos de influenza e coronavírus. Ambos ensejaram notas de esclarecimento por parte da SBI e do Ministério da Saúde, porém com alcance desconhecido. Dentro desse contexto, o crescente movimento de descrédito dos canais tradicionais de comunicação, que fomenta a adesão a fontes alternativas, torna-se também um risco à saúde pública que deve ser enfrentado. A comunicação de especialistas não pode ficar restrita ao ambiente acadêmico e profissionais da área. (LANA et al., 2020, online)

Essa mobilização causada pelo novo coronavírus, além de impactar a agenda de empresas, do governo e da população em geral, é encarada por pensadores como o evento inaugurador do século XXI (SCHWARCZ, 2020 *apud* CAPOANO; BARROS, 2020), alterando a lógica de produção de diversas profissões, inclusive dos jornalistas.

3.1. Atuação dos jornalistas frente à pandemia

Um estudo sobre o impacto da pandemia do novo coronavírus nas rotinas das redações foi feito por pesquisadores da Universidade do Minho em parceria com o Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde da Universidade do Porto. Os resultados da pesquisa, que foi realizada em maio de 2020 com duzentos jornalistas portugueses, apontam que, pela primeira vez desde a redemocratização do país, os jornalistas assumiram encaminhar o público para um comportamento específico (PÚBLICO, 2020).

Nove em cada dez jornalistas admitem que nos primeiros dois meses de pandemia houve uma preocupação a nível editorial, nos meios de comunicação social, de orientar os cidadãos para comportamentos de prevenção e tratamento da covid-19, nomeadamente para o confinamento. Essa preocupação tomou forma em textos noticiosos, infografias e caixas (pequenos textos) explicativas que simplificaram a informação e a tornaram compreensível a franjas mais largas da população (PÚBLICO, 2020, online).

Os pesquisadores destacam que não houve nenhuma deliberação sindical ou regulamentação estatal, esse fenômeno ocorreu de forma orgânica. Além disso, também é indicado que

Houve jornalistas que admitiram dificuldades em obter informação em tempo útil das entidades sanitárias”, realça Felisbela Lopes, lembrando que também eles estiveram confinados e que algumas redações estiveram diminuídas (com *layoffs*). “E não seria função da comunicação da saúde criar âncoras para os jornalistas, dando-lhes informação atempada, criando conteúdos direccionados para os vários ecrãs para as pessoas que estavam em casa?”, questiona a investigadora, acrescentando que, se é prioritário “usar equipamento de protecção individual, também devíamos pensar o mesmo sobre a disponibilização de informação credível (PÚBLICO, 2020, online).

Os dados foram obtidos a partir de inquéritos realizados com repórteres, editores, jornalistas de saúde, coordenadores e diretores de diversas redações. Felisbela Lopes, coordenadora da pesquisa (PÚBLICO, 2020), defende que o sucesso de Portugal no combate à pandemia não se deve somente às rápidas decisões estatais ou de entidades sanitárias, mas também a ação e orientações dos jornalistas à população em geral.

Os jornalistas portugueses participantes da pesquisa foram inqueridos sobre as principais dificuldades no exercício da profissão durante a pandemia. Dentre os problemas indicados destacam-se os empecilhos na triagem da informação, a falta de colaboração das fontes e o acesso prejudicado às informações do dia acerca da doença. É importante salientar que a busca por informações referida pelos jornalistas se refere às fontes credíveis. O principal problema apontado na pesquisa, porém, é o crescimento das *fake news*.

A constatação generalizada é a do aumento da informação falsa, como notaram 82% dos inquiridos e, para combater a desinformação, os jornalistas dizem ter-se socorrido do cruzamento da informação nova com outras fontes documentais (38,8%) ou solicitado uma explicação a uma fonte oficial ou especializada (36,6%). Daí que os comentadores políticos que enchiam os ecrãs de TV tenham sido substituídos por cientistas, médicos, epidemiologistas, virologistas – os técnicos que sabem do assunto (PÚBLICO, 2020, online).

A pesquisa também indica que as autoridades portuguesas da área da saúde não souberam atender às demandas em tempo real dos jornalistas. Lopes, a coordenadora da investigação, conclui que “Se a informação também é uma arma de combate à pandemia, alguém tem que cuidar dela” (PÚBLICO, 2020, online).

Os pesquisadores Capoano e Barros (2020, no prelo) elaboraram um estudo acerca das condições de trabalho dos jornalistas brasileiros durante a pandemia do novo coronavírus. Os dados obtidos indicam que 95,4% dos profissionais inqueridos tiveram alterações na sua rotina de trabalho. Além disso, 51,12% dos entrevistados declararam estar trabalhando mais horas por dia. O estudo conclui que, segundo o perfil médio de respondente, o jornalista

Sofreu constrangimentos para a execução do trabalho, mas em poucas situações foi impedido de exercer a prática jornalística, seja por impedimentos ocasionais, técnicos ou hediondos. O perfil médio do respondente é um jornalista produtor de texto, atuante na imprensa, seja para portais web, jornais ou revistas. Utilizou duas a três fontes de informação a cada conteúdo produzido, na maioria das

vezes, a OMS, gestores públicos, profissionais da saúde e/ou cientistas.
(CAPOANO; BARROS, 2020, no prelo)

Por fim, os pesquisadores indicam que os jornalistas de editorias que não a de saúde também tiveram sua rotina de trabalho alterada, passando a apurar informações e realizar entrevistas com o auxílio de dispositivos e plataformas online.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DA COVID-19

4.1 Resultados

Como foi supracitado, este estudo propõe uma investigação acerca da cobertura jornalística da pandemia do novo coronavírus no Brasil, a partir do portal *G1*, e em Portugal, com o portal *Público*.

Devido ao grande intervalo temporal no recorte de pesquisa, foram selecionadas as primeiras matérias publicadas por ambos veículos no âmbito das seguintes pautas: descobrimento da doença, anúncio do primeiro caso fora da China, primeiros casos em território nacional (sendo eles o brasileiro e o português, em seus respectivos portais), decreto de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), anúncio de planos de contingência pelos governos nacionais, início da segunda onda de contaminações pelo SARS-CoV-2, início das campanhas de imunização contra a covid-19 e, por fim, a crise no sistema de saúde e a ajuda internacional.

Representando os momentos de maior destaque da pandemia desde seu início, as pautas foram selecionadas a fim de oferecer uma ampla visão de como a cobertura acerca da pandemia foi realizada nos portais analisados. Sua coleta se deu no site de ambos veículos, onde os textos analisados estão disponíveis para o acesso.

Lançado no aniversário de 56 anos da implantação da televisão no Brasil, em 18 de setembro de 2006, o portal *G1* surgiu no momento que configurou o período de interatividade no webjornalismo no país, afirmam Fabbi e Ormaneze (2015, online). De acordo com os autores, essa fase é caracterizada pela participação dos internautas, através de “comentários, divulgação do material publicado pelos sites em redes sociais digitais e a possibilidade de o próprio internauta se tornar um produtor de conteúdo e fazer as escolhas do que, como e onde quer se informar” (FABBI; ORMANEZE, 2015, online). Os autores defendem ainda que o *G1* segue a mesma estratégia de integração usada pela TV Globo, na qual as emissoras afiliadas corroboram na produção e divulgação de conteúdo jornalístico. Valorizando “a interatividade, a identidade e o hiperlocalismo” (FABBI; ORMANEZE, 2015, online), o *G1*, além dos cadernos editoriais, é dividido em subportais com destaques regionais, não fugindo do padrão de diagramação do site.

O Público, por sua vez, foi criado por um grupo de jornalistas ligados ao diário Expresso, em 1989 (PÚBLICO, 2018, online). A publicação, em 1991, integrou-se ao World Media Network, associação que reúne outros jornais internacionais, como o Süddeutsche Zeitung, da Alemanha; o El País, da Espanha; o Libération, da França; e o La Stampa, da Itália (TIPOGRAFIA, década provável [2000?], online). Hoje, o Público é parte da holding portuguesa Sonae, que expande seu capital pelos setores extrativo, industrial, telecomunicacional e jornalístico (PÚBLICO, 2015, online). Em 1995, o jornal passa também a operar um serviço autônomo de notícias online, sendo atualizado diariamente (PÚBLICO, 2018, online). O portal é dividido em cadernos editoriais, além de uma área dedicada à versão imprensa, o que o diverge do G1.

Para realizar a investigação de ambos veículos, a metodologia de análise do conteúdo defendida por Laurence Bardin foi escolhida como ferramenta de pesquisa.

Nela, Bardin (2002) propõe um exame do objeto de estudo a partir de quatro tópicos: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos resultados.

Na organização, são realizados a leitura flutuante, a escolha dos materiais para o corpus da pesquisa e a definição de objetivos – já aprofundados na Introdução deste estudo.

Seguindo a ordem da condução do estudo proposto pela autora, foi elaborado um sistema de codificação para melhor distinguir as pautas e temas mais recorrentes nos textos analisados.

Nessa fase da pesquisa, foi usado a definição de que a categorização parte da “classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2002, p. 117).

Dessa forma, os elementos classificadores foram levantados a partir da leitura e da caracterização de cada parágrafo das dezesseis matérias analisadas. Dito isto, as categorias de análise e sua recorrência nos textos podem ser observadas a seguir na Tabela 1. O detalhamento de cada um dos itens segue no APÊNDICE A APÊNDICE A – elementos e categorias de análise do corpus de pesquisa.

Tabela 1. Distribuição de supra classificações e categorias por veículos analisados. São Paulo, 2021.

		(continua)	
Supra classificação	Categorias	G1	Público
Ações de combate e contenção	Ação da comunidade científica	9	4
	Ação da Organização Mundial da Saúde	6	8
	Ação das autoridades chinesas	3	6
	Ação de autoridades regionais	7	0
	Ação de autoridades nacionais	18	18
	Ação de entidades privadas	4	1
	Ajuda internacional	4	6
	Infraestrutura hospitalar	5	5
	Medidas de prevenção	3	3
	Medidas de restrição	5	5
	Vacinação	11	4
Ações editoriais	Errata	1	0
	Exotismo do mercado de Wuhan	0	2
Caracterização	Comparação com outras doenças	4	6
	Descrição da doença	4	1
	Descrição de casos	6	6
	Descrição de sintomas	2	6
	Disseminação internacional da doença	11	16
	Distanciamento social	7	3
	Meios de transmissão	6	13
	Mortes em decorrência da doença	5	4
	Número de infectados	4	6
Dubiedade	Expectativas para futuro da doença	2	3
	Incertezas sobre a doença	5	9

Tabela 1. Distribuição de supra classificações e categorias por veículos analisados. São Paulo, 2021.

(continuação)

Supra classificação	Categorias	G1	Público
Político-econômico	Críticas à Organização Mundial da Saúde	1	2
	Críticas ao governo chinês	0	2
	Críticas às autoridades nacionais	8	1
	Críticas às autoridades regionais	2	0
	Direitos trabalhistas	0	2
	Disputa política	4	0
	Impactos econômicos	9	3
	Suspensão de atividades comerciais	2	2
Prestação de serviço	Explicação de termos científicos	5	4
	Orientações ao leitor	6	5
Total		169	156

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A unidade de registro usada para fazer a distinção dos elementos classificadores foi a temática, que “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença pode significar alguma coisa para o objetivo escolhido” (URQUIZA; MARQUES, 2016, p. 121).

Dado o objetivo principal deste estudo, o uso da temática como unidade de registro se dá por sua capacidade de examinar motivações de opiniões, atitudes, valores, crenças e tendências (URQUIZA, MARQUES, 2016).

A partir disso, a fim de padronizar as equivalências temáticas, transformar os dados obtidos em uma representação do conteúdo veiculado e condensar ainda mais a representação dos dados brutos, as supra classificações dispostas na Tabela 1 foram reagrupadas em duas categorias com um recorte mais amplo, como pode ser observado na Tabela 2, o que permite uma perspectiva geral da análise em questão.

Tabela 2. Distribuição de supra classificações e agrupamentos por veículo analisado. São Paulo, 2021.

Agrupamento	Supra classificação	G1	Público
Descritivos	Ações de combate e contenção	75	60
	Caracterização	49	61
	Dubiedade	7	12
Editoriais	Ações editoriais	1	2
	Político-econômico	26	12
	Prestação de serviço	11	9
Total		169	156

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Na classificação descritiva foram agregadas todas as citações às características da covid-19 e do vírus em si, como os sintomas, ações de combate e as incertezas sobre doença.

Já na classificação editorial foram agrupados os aspectos de decisão do jornalista autor ou da orientação editorial do veículo analisado, como críticas às autoridades, explicação de termos científicos e discussões sobre disputas políticas.

Do total de 169 codificações de categorias observadas no G1, 131 são descritivas, enquanto 38 foram classificadas como editoriais. Já no Público, houve uma presença maior das descritivas, 133, e menor das editoriais, com 23 codificações.

A última fase teórica da condução de pesquisa proposta por Bardin (2002) é o tratamento dos dados, que consiste em uma “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (BARDIN, 2010, p.41 apud URQUIZA, MARQUES, 2016, p. 125). Nesta etapa são observados aspectos dos emissores e receptores das mensagens examinadas, além dos textos propriamente ditos.

4.2 Discussão

Uma das características em comum encontradas entre os materiais jornalísticos veiculados por ambos portais foi a cobertura acerca da identificação do primeiro caso confirmado da covid-19 fora da China.

Segundo o *Novel Coronavirus (2019-nCoV) Situation Report*, divulgado em 31 de janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, as primeiras infecções internacionais pelo novo coronavírus aconteceram no continente asiático: na Tailândia, em 13 de janeiro; Japão, em 15 de janeiro; e Coreia do Sul, em 20 de janeiro (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

Mesmo com o intervalo de três dias desde o primeiro caso confirmado na Tailândia, as primeiras matérias sobre o tema, em ambos portais, foram veiculadas no dia 16, pautadas a partir do primeiro diagnóstico no Japão.

As matérias “Japão confirma 1º caso de nova pneumonia viral chinesa”, do G1, e “Primeiro caso do novo vírus de pneumonia chinês detectado no Japão”, pelo Público, destacaram que o paciente japonês esteve em Wuhan semanas antes do diagnóstico.

Apesar de citarem o primeiro caso internacional da covid-19, o enfoque jornalístico de ambos textos é o registro no Japão. Isso pode ser relacionado à teoria dos critérios de noticiabilidade postulada por Nelson Traquina (2005), que as avalia como “aspecto fundamental da cultura profissional” do jornalismo (TRAQUINA, 2005, p. 62).

Nela, o autor estabelece que há padrões estáveis e previsíveis na escolha de pautas por jornalistas (TRANQUINA, 2005). Dentre os diversos aspectos que influenciam estas decisões, pode-se encontrar a novidade e a relevância.

Para Tranquina, a novidade se põe como critério de noticiabilidade pela sensibilidade da comunidade jornalística com as “primeiras vezes”. “Para os jornalistas, uma questão central é precisamente o que há de novo” (TRAQUINA, 2005, p. 81).

Já a relevância corresponde à “preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas” (TRAQUINA, 2005, p. 80). Para o autor, esse valor-notícia determina a capacidade de um acontecimento incidir e impactar um grupo ou até uma nação.

Visto que há fortes laços culturais entre Brasil e Japão, principalmente nas regiões brasileiras do sul e sudeste, uma vez que o país detém o maior contingente populacional de origem japonesa do mundo (NUNES, 2008), é possível perceber que o primeiro registro de um caso da covid-19 em terras nipônicas pode ser mais relevante do que o primeiro caso registrado fora da China de fato.

O mesmo se aplica a Portugal. Apesar de não ter laços migratórios tão fortes quanto o Brasil, os portugueses foram os primeiros europeus a desembarcar no Japão - em 1543 – além das relações bilaterais entre ambas nações, que foram estabelecidas em 1860 (PORTAL DIPLOMÁTICO, 2021).

Outro aspecto observado na investigação foi que, na matéria referente ao primeiro caso confirmado no Brasil, prevaleceram aspectos de orientação ao leitor na prevenção à doença. Veiculado no dia 26 de fevereiro, o texto indica que o paciente em questão é um “homem que mora em São Paulo, tem 61 anos, e veio da Itália” (G1, 2020, online).

Além da tradicional cobertura factual, a matéria também trouxe orientações aos passageiros que estavam no mesmo voo que o paciente identificado e um diagrama para explicar o protocolo de diagnóstico do ministério da Saúde. Também foram observadas dicas de prevenção à doença e a nota na íntegra do hospital Israelita Albert Einstein, onde o caso foi identificado.

Diferentemente do que aconteceu no G1, o Público tratou da primeira infecção em território português de forma mais factual e objetiva. Veiculada em 02 de março, a matéria tratou dos dois primeiros casos que, por apuração do Público, foram registrados em um curto intervalo de tempo.

Como foi abordado no terceiro capítulo deste estudo, Oliveira (2014) defende que há duas correntes de cobertura jornalística na área da saúde: a primeira se relaciona à promoção da saúde em si, e a segunda se refere aos acontecimentos imprevisíveis em um âmbito social.

Nos dois portais analisados, as correntes demonstraram uma integração, visto que há características de ambas vertentes; como a primazia de um caso confirmado da covid-

19 em seus respectivos países e as orientações e sugestões de prevenção aos leitores. No G1, entretanto, a primeira corrente ganha destaque.

Ao analisar a atuação da imprensa na pandemia do H1N1 e na epidemia da dengue, Waisbord (2011) defendeu que essas doenças, bem como a covid-19, atendem aos requisitos jornalísticos de divulgar informações atualizadas, além de extrapolar divisões sociais e geográficas. O autor classifica essa dinâmica entre a prática jornalística e a produção de conteúdos informativos acerca de doenças infecciosas como ciclos midiáticos epidêmicos, justamente pela relação com temas da agenda jornalística. Esse fenômeno pôde ser observado no corpus desta pesquisa – visto que a rápida disseminação do SARS-Cov-2 exigiu atualizações constantes no cenário epidêmico de cada país, como o levantamento diário de novos casos e óbitos relacionados à doença.

A divulgação de notas e posicionamentos na íntegra pelo G1 demonstra o que foi classificado por Bourdieu (1996) como legitimação dos discursos jornalísticos. O autor indica que o campo jornalístico não detém a autolegitimação de outros campos, assim, precisaria recorrer às autoridades desses grupos a fim de atestar a validade da narrativa veiculada.

A mesma teoria de Bourdieu pode ser aplicada nas matérias que anunciam a chegada de uma segunda onda de contaminações pelo coronavírus. Ambos portais buscaram cientistas para validar a narrativa construída.

Manuel Carmo Gomes, professor da universidade de Lisboa, foi entrevistado na matéria “Estamos a entrar numa segunda onda, diz epidemiologista”, veiculada em meados de setembro de 2020 pelo Público, que resgatou as declarações do professor já a partir do título.

O mesmo foi observado na matéria “Brasil vive 'início de 2ª onda' de Covid por falta de testes, de política centralizada e de isolamento social, apontam pesquisadores”, do G1. Publicado em novembro do último ano, o texto apresenta uma nota técnica assinada por seis pesquisadores da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e da Universidade de Brasília (UnB).

Dessa forma, ambos veículos buscaram legitimar a narrativa construída – de que uma segunda onda de contaminações se aproximava – a partir do discurso de cientistas e pesquisadores. No G1, entretanto, também foi observado críticas às estratégias de combate ao coronavírus adotadas pelo governo federal brasileiro, a quem os pesquisadores atribuem parte da responsabilidade pela disseminação da doença.

Em suma, a cobertura do Público apresentou também características que não foram observadas no G1, como críticas às autoridades chinesas pela atuação no combate à pandemia, ainda em seu início, e o destaque ao exotismo do Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan, onde acreditava-se que o Sars-CoV-2 teria surgido.

A partir da teoria da ação política, a disseminação de críticas observada no Público pode refletir uma escolha editorial do veículo. A ascendência da China enquanto potência econômica e geopolítica tem posto em questão conflitos entre o país asiático e os centros de poder político-econômico do ocidente, como os Estados Unidos e a União Europeia (TSELICHTCHEV, 2015), da qual Portugal é um Estado-membro. Além disso, cabe destacar que o Público é parte de uma holding que opera por meio de ações no sistema financeiro europeu.

Dessa forma, a partir dessa teoria, o conteúdo divulgado pelo Público pode ser analisado como um serviço aos interesses econômicos de atores políticos e agentes mercantis de empresas privadas “que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade” (TRAQUINA, 2005, p. 162).

Como pôde ser observado na Tabela 2, apresentada no do capítulo anterior, as matérias analisadas do Público indicam que o portal se encarregou de uma cobertura mais descritiva da doença.

Apesar das críticas pela forma que as autoridades chinesas atuaram frente ao combate ao vírus, quando ainda não haviam sido registrados casos fora do país, e à Organização Mundial da Saúde, por suposta demora na classificação da covid-19 enquanto pandemia, o Público desempenhou uma caracterização da doença maior do que a observada no G1. Isso foi feito a partir de uma presença mais recorrente da

descrição sintomática, de comparação com outras doenças e dos meios de transmissão do SARS-CoV-2.

Por sua vez, no G1, foi observado a presença mais constante de aspectos político-econômicos, como a suspensão de atividades comerciais classificadas como não essenciais e a disputa política entre autoridades nacionais na condução da pandemia.

Conflitos entre o governador do Estado de São Paulo, João Doria, e o presidente da República, Jair Bolsonaro, foram apresentados na matéria “Logo após aprovação da Anvisa, governo de SP aplica em enfermeira a 1ª dose de vacina contra Covid-19 no Brasil”, do G1.

Como o título anuncia, a primeira dose de um imunizante contra a covid-19 no país foi aplicada por um governo estadual, sem a participação do ministério da Saúde ou de autoridades do governo federal.

Isso pode ser interpretado a partir da composição constitucional da República Federativa do Brasil, que é “formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal” (BRASIL, 1988, online). Nela, os Estados têm competências comuns de legislar e cuidar da saúde e assistência pública. Além disso a Constituição também prevê que a “competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados” (BRASIL, 1988, online).

Dessa forma, o governo do Estado de São Paulo teve a prerrogativa constitucional de ter adotado medidas pela vacinação sem a participação de agentes do governo federal. Na mesma perspectiva, o Supremo Tribunal Federal do Brasil reconheceu, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6341, apresentada pelo ministro Marco Aurélio Mello, a competência concorrente dos entes federativos para as ações de combate à pandemia (STF, 2020).

A maioria dos ministros aderiu à proposta do ministro Edson Fachin sobre a necessidade de que o artigo 3º da Lei 13.979/2020 também seja interpretado de acordo com a Constituição, a fim de deixar claro que a União pode legislar sobre o tema, mas que o exercício desta competência deve sempre resguardar a autonomia dos demais entes. (STF, 2020, online)

Dessa forma, entidades que reúnem comandantes do executivo municipal e estadual, como o Fórum de Governadores e a Frente Nacional dos Prefeitos, assumiram

as competências reconhecidas pela Lei 14.125 de 2021, que prevê em seu artigo primeiro que

Enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), ficam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios autorizados a adquirir vacinas e a assumir os riscos referentes à responsabilidade civil, nos termos do instrumento de aquisição ou fornecimento de vacinas celebrado, em relação a eventos adversos pós-vacinação, desde que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tenha concedido o respectivo registro ou autorização temporária de uso emergencial ((BRASIL, 1988, online).

Com isso, no Brasil, abriu-se espaço para uma crise política que enfatizou o conflito entre o governo federal e outros entes federativo e foi potencializada pelos posicionamentos e declarações do presidente Jair Bolsonaro, que se mostrou contrário à adoção de medidas restritivas para frear a disseminação do vírus.

Como é defendido por Aquino et al (2020, online), “a implementação das medidas de controle, incluindo o distanciamento social, tem sido assegurada pelos governadores e prefeitos (e, por vezes, pelo Judiciário), principalmente nos estados mais afetados”, visto a inércia atribuída ao governo federal nas ações de combate ao vírus.

O pesquisador e doutor em microbiologia pela Universidade de São Paulo, Átila Iamarino (apud BBC, 2021, online), defende que a estratégia adotada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro foi a da imunidade de rebanho, que ocorre quando uma parcela grande da população desenvolve defesa imunológica contra a doença. Assim, a inação das autoridades federais se justificaria pela abordagem estratégica escolhida no enfrentamento à pandemia.

Na cobertura realizada pelo Público não foram observados conflitos entre autoridades nacionais e regionais. Cabe enfatizar que a República Portuguesa é constitucionalmente um Estado Unitário, logo, se opõe às premissas da administração pública de uma federação. Por meio das matérias analisadas, foi possível perceber uma centralização das estratégias de combate à pandemia em nível nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde seu início, este estudo propôs uma análise acerca da forma em que foi feita a cobertura jornalística da pandemia do novo coronavírus no Brasil e em Portugal, a partir do exame das matérias veiculadas pelos portais G1 e Público.

Também se buscou, enquanto objetivos secundários, identificar as possíveis diferenças e semelhanças entre os conteúdos produzidos e publicados pelos portais em questão.

Para tal, foi utilizada como ferramenta de pesquisa a metodologia de análise do conteúdo proposta por Laurence Bardin. A partir das teorias da autora, o corpus de pesquisa foi codificado e agrupado em categorias que possibilitaram uma perspectiva mais profunda e assertiva em relação à maneira como foi executada a cobertura jornalística da crise sanitária.

Em face disso, esta análise buscou responder a seguinte problemática: de que forma foi feita a cobertura jornalística sobre o do novo coronavírus no Brasil, a partir do portal G1, e em Portugal, com o portal Público?

Como foi supracitado, o portal Público se encarregou de veicular matérias mais descritivas em relação aos sintomas e à caracterização da covid-19. Também foram feitas críticas à estratégia de condução da pandemia exercida pelo governo chinês nos primeiros meses do conhecimento público da doença. Enquanto o G1 deu mais destaque a elementos político-econômicos decorrentes da crise sanitária, como a suspensão das atividades comerciais e a disputa entre atores políticos de diferentes níveis da administração pública do Estado brasileiro.

Como similaridade, ambos veículos abriram espaço ao discurso de pesquisadores a fim de validar as narrativas construídas. Além disso, os dois portais deram destaque maior aos acontecimentos relacionados à covid-19 em países com maior proximidade cultural ou histórica. Isso foi observado com a identificação do primeiro caso fora da China, registrado na Tailândia. Tanto o G1 quanto o Público anunciaram o evento somente quando houve o registro do primeiro caso no Japão.

Compreender as ações da imprensa, principalmente em períodos de crise, pode ajudar a aprimorar a atividade jornalística desempenhada pelos veículos aqui analisados, visto que os erros derivados de apurações ou escolhas editoriais equivocadas fica evidente, como, por exemplo, a designação da covid-19 como “pneumonia”, observada nas primeiras matérias divulgadas por ambos portais, em janeiro de 2021.

Dito isso, cabe destacar que uma análise mais profunda sobre os elementos visuais – como imagens, gráficos e diagramas – que acompanharam os textos do corpus aqui proposto poderá colaborar para uma maior compreensão da maneira em que a pandemia do novo coronavírus foi registrada na imprensa, visto que esses elementos exercem um papel na forma em que as mensagens são construídas e transmitidas aos receptores.

Um exame das fontes ouvidas também se demonstra pertinente, uma vez que possibilitaria uma perspectiva mais ampla acerca da narrativa construída no texto e validada por meio da legitimidade do discurso de um especialista.

Outra perspectiva que poderá ser aproveitada em futuros trabalhos é uma comparação entre veículos do mesmo país, a fim de compreender se os aspectos indicados nesta pesquisa são, de fato, uma característica da condução da pandemia, ou apenas atributos individuais dos portais.

Visto que este projeto foi executado durante a pandemia, entendo que uma análise após o arrefecimento do momento mais grave da atual crise sanitária pode colaborar para uma compreensão maior da problemática aqui abordada. Como foi observado nas primeiras matérias do corpus, erros e informações equivocadas podem ser divulgados, inclusive pela comunidade científica, devido à falta de referências concretas – o que tende a mudar conforme o avanço de novas pesquisas.

Destaco que a idealização e execução desta pesquisa foi corroborada pela formação oferecida ao decorrer do curso de Jornalismo do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. As unidades curriculares cursadas, bem como suas condições de aprovação, propiciaram uma sólida base de conhecimento científico e metodológico para a realização desta análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRINGA, Diana. **Funcionários da verdade – Profissionalismo e responsabilidade social dos jornalistas do serviço público de televisão**. Lisboa: Tinta-da-china, 2014.

AQUINO, Estela M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol.25, 05 jun. 2020.

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. 10^o ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condiçã%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Princípios internacionais da ética profissional no jornalismo**. 1980. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>>. Acesso em: 24 set. 2020.

AZEDO, Luiz Carlos. **Nas entrelinhas: esfera pública e fake news**. Correio Braziliense, Brasília, 26 jun. 2020. Disponível em: <<https://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-esfera-publica-e-fake-news/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BBC. **Coronavírus: Brasil apostou em estratégia 'genocida' para combater covid-19, diz Atila Iamarino**. 02 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56255563>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BELASCO, Angélica G.S; FONSECA, Cassiane D. Coronavírus 2020. **Rev. Bras. Enferm**, Brasília, vol. 73, n. 2, mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672020000200100&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 03 ago 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRAY, Renato T. A relação de Habermas com a Escola de Frankfurt: influência, distanciamento e contribuição. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, ano 1, v. 1, n. 1, p. 165-182, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1996.

_____. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 1997.

CAPOANO, Edson; BARROS, Vanessa. Apontamentos sobre os perfis profissionais e rotinas jornalísticas na cobertura da pandemia de COVID-19. No prelo. In: CAPOANO, Edson & COSTA, Pedro D. **Inquérito Percepção sobre as informações geradas durante o COVID-19**. Acessado em julho de 2020. Disponibilizado em Google Forms: 2020.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; n.15, v.4, p. 679-684.

CASTRO, Bruno. **Os jornais comunitários e seu espaço na mídia contemporânea: representação popular e democratização da informação**. 2019. Disponível em: <<http://eventoscopq.mackenzie.br/index.php/jornada/xvjornada/paper/viewPDFInterstitial/1386/1182>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

CHADE, Jamil. **OMS classifica coronavírus como pandemia e cobra ação de governos**. UOL, São Paulo, 11 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/11/proliferacao-de-coronavirus-leva-oms-a-declarar-pandemia.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

COMUNIQUEIRO. **Teoria organizacional do jornalismo**. 08 out. 2016. Disponível em: <<http://www.comuniqueiro.com/dicionario/teoria-organizacional-do-jornalismo>>. Acesso em: 15 out. 2020.

_____. **Teoria de ação política**. 24 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.comuniqueiro.com/dicionario/teoria-de-acao-politica>>. Acesso em: 15 out. 2020.

CORDEIRO, Xênia L. Da invenção da imprensa ao livro infantil: um enfoque editorial. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 27-35, jan./jul. 1987.

CORREIA, Eduardo L. Para uma compreensão do acontecimento na imprensa. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v.34, n.2, p. 302-305, jul./dez. 2011

COSTA, Jean H. Reflexões sobre a indústria cultural a partir de Pierre Bourdieu: a importância dos conceitos de habitus e capital cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, n. 140, p. 12-21, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18411/10261>>. Acesso em: 15 out. 2020.

DAMACENA, Janary B. **A desconstrução da notícia: o mito da imparcialidade no jornalismo**. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.

DALMONTE, Edson. Narrativa jornalística e narrativas sociais: questões acerca da representação da realidade e regimes de visibilidade. In: Ferreira, Giovandro Marcus; Hohlfeldt, Antonio; Martino Luiz C.; Morais, Osvando J. de. (Org.). **Teorias da comunicação: trajetórias investigativas**. Porto Alegre: EdiPUCRS, p. 215-232, 2010.

DUARTE, Maricelma. **Espaços sociais e redes sociais: mediações no processo de construção de habitus das novas gerações**. 2014. Disponível em: <<http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Maricelma-Tavares-Duarte.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

EPSTEIN, Isaac. Comunicação de massa para a saúde: esboço de uma agenda midiática. **Rev. Latinoam. Cienc. Comunic**, v. 5, n. 8-9, p. 132-42, 2008.

EXPRESSO. **Ministra confirma primeiro caso positivo de coronavírus em Portugal**. 03 mar. 2020. Disponível em: <<https://expresso.pt/sociedade/2020-03-02-Ministra-confirma-primeiro-caso-positivo-de-coronavirus-em-Portugal>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

FABBI, Duílio Jr; ORMANEZE, Fabiano. **O início de uma história: o surgimento do G1 Campinas**. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 10, 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

FERNANDES, Bruno R. D. **A teoria clássica do gatekeeper e do newsma-king na rádio: o caso da RDP**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011.

FERREIRA, Jairo. **Discurso, Mídia e Sociedade**. 13º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação - Anais do XIII Encontro Anual da Compós, v. 1, p. 1-15, 2004.

FLORENZANO, Maria B. B. Polis e oikos: o público e o privado na Grécia antiga. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis, v. 5, n. 4-5, p. 113-118, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Introd. de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Keila. **Novo coronavírus: tudo o que você precisa saber – permanente**. Dra. Keila Freitas, São Paulo, 22 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://www.drakeillafreitas.com.br/novo-coronavirus/>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

G1. **Logo após aprovação da Anvisa, governo de SP aplica em enfermeira a 1ª dose de vacina contra Covid-19 no Brasil**. 17 jan. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/17/apos-aprovacao-da-anvisa-governo-de-sp-aplica-1a-dose-da-coronovac-antes-do-inicio-do-plano-nacional-de-vacinacao.ghtml>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IJUIM, Jorge K. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, v. 15, n. 2, p. 31-43, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9051>>. Acesso em: 22 set. 2020

KUCINSKI, Bernardo. Jornalismo, saúde e cidadania. **Interface**, Botucatu, v. 4, n.6, fev. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832000000100025>. Acesso em: 22 set. 2020.

KUSCINSKI, Bernardo. Jornalismo e saúde na era neoliberal. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n.1, p. 95-103, 2002.

LANA, Raquel M.; COELHO, Flávio C.; GOMES, Marcelo F.C.; CRUZ, Oswaldo G.; BASTOS, Leonardo S.; VILLELA, Daniel A.M.; CODEÇO, Cláudia T. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.36, n.3, 2020.

LANÇA, Mariah. O conceito de esfera pública nas obras de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. **Revista Três Pontos**, n. 1, p. 29–36, 2008.

LEMONS, Amanda; SANTANA, Ana Cláudia. A esfera pública em rede e a ressignificação do espaço público na visão de Habermas. **Revista Esferas**, Brasília, n. 14, ano 8, 2019.

MARQUES, Ângela. C. S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, São Paulo, ano 11, n. 2, p. 23-36, jun. 2008.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. **Transinformação**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 27-33, abr. 2013.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. **A arte de tecer o presente – narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MEIRELES, Magali R. G.; CENDÓN, Beatriz V. Aplicação prática dos processos de análise de conteúdo e de análise de citações em artigos relacionados às redes neurais artificiais. **Inf.& Inf.**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 77 - 93, jul./dez. 2010.

MELO, Patrícia. Um passeio pela história da imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação & Informação (UFG)**, Goiânia, v. 8, n.1, p. 26-38, 2005.

MOGENDORFF, Janine R. A Escola de Frankfurt e seu legado. **Verso e Reverso**, XXVI, p. 152-159, set-dez 2012.

MONTAGNER, Miguel A.; MONTAGNER, Maria. I. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Tempus: actas de saúde coletiva**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 255-273, 2011.

MOTTA, Luiz G.; COSTA, Gustavo.; LIMA, Jorge A. Notícia e construção de sentidos : análise da narrativa jornalística. **Intercom**, v. 27, n. 2, jul./dez. 2004.

NUNES, Paulo H. F. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 1, jan./jun. 2008

OLIVEIRA, Roseli. **O impacto da internet no jornalismo: características e recomendações para a concepção de jornais interativos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA, Valdir C. As fabulações jornalísticas e a saúde. In. LERNER, Kátia; SACRAMENTO, Igor. **Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro, Fiocruz, p.35-60, 2014.

PAIERO, Denise Cristine. **Mídia e terror: a construção da imagem do terrorismo no jornalismo**. 2012. 259 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

PASCHOAL, Edmundo. **Falando em mídia: até onde vai a imparcialidade do jornalismo brasileiro sobre o cenário em nações de menor relevância para os barões da mídia**. 15 out. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/@edysenador/falando-em-midia-até-onde-vai-a-imparcialidade-do-jornalismo-brasileiro-sobre-o-cenário-em-nações-bc651980bdd8>>. Acesso em: 16 out. 2020.

PERDOMO, Nidiane S. **A função social do jornalismo no mercado de notícias**. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10183/125969>>. Acesso em: 05 out. 2020.

PEREIRA, Fábio H. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão**. Lisboa: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em:< <http://bocc.ufp.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2020.

PIMENTA, Ricardo M. Ciberespaço, internet e habitus: uma reflexão bourdieusiana sobre a era digital. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 241-258, 2017.

PINTO, José M. de R. A Teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. **Paidéia**, Ribeirão Preto

(8-9), fev-ago. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X1995000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 set. 2020.

PODER360. **OMS diz que coronavírus não teve origem em mercado de Wuhan.** 09 fev. 2021. Disponível em:< <https://www.poder360.com.br/coronavirus/oms-diz-que-coronavirus-nao-teve-origem-em-mercado-de-wuhan/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

PORTAL DIPLOMÁTICO. **Relações bilaterais – Japão.** 2021. Disponível em: < <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/japao>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

PÚBLICO. **Cronologia: acontecimentos marcantes da história da Sonae.** 15 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2015/03/15/economia/noticia/cronologia-acontecimentos-marcantes-da-historia-da-sonae-1689182>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

PÚBLICO. **No princípio eram zeros. E assim nasceu um jornal.** 5 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/03/05/sociedade/noticia/no-principio-eram-zeros-e-assim-nasceu-um-jornal-1805157>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

PÚBLICO. **Jornalistas admitem que orientaram cidadãos para o confinamento.** 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/17/politica/noticia/jornalistas-admitem-orientaram-cidadaos-confinamento-1920798?fbclid=IwAR1Au-01h9v1RHUAg84RmoW2dLCt2LH0dw5OAVBwKg6t_a7nfOXJyu32f5E>. Acesso em: 23 out. 2020.

QUINTERO, Alejandro. **História da Imprensa.** Lisboa: Planeta. 1999.

RAMOS, Rita; SALVI, Rosana. Análise de conteúdo e análise do discurso em Educação Matemática – um olhar sobre a produção em periódicos qualis A1 e A2. In: **Seminário Internacional de Pesquisa Em Educação Matemática**, 4, 2009, Brasília, Atas... Brasília: SBEM, 2009. p. 01-20.

RAVELLI, Nicoli. Que fim levou o Mercado de Frutos do Mar de Huanan?. **Aventuras na História**, São Paulo, 23 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/coronavirus/que-fim-levou-o-mercado-de-frutos-do-mar-de-huanan.phtml>>. Acesso em: 03 de ago de 2020.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: LEMOS, BERGER, BARBOSA. **Narrativas Midiáticas Contemporâneas.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

RIOS, Floriano. **Brasil confirma primeiro caso da doença.** Ministério da Saúde, 26 de fev. de 2020. Disponível em:< <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>>. Acesso em: 03 de ago. 2020.

ROCHA, Heitor. Habermas e a teoria do jornalismo: a manipulação ideológica no jornalismo como distorção sistemática da comunicação. **Estudos em comunicação**, nº 4, p. 41-57, nov. 2008

SANDANO, Carlos. **Para além do código digital: o lugar do Jornalismo em um mundo interconectado**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

SETTON, Maria da Graça J. Indústria cultural: Bourdieu e a teoria clássica. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo, dez. 2001.

SILVA, Filipe C. Habermas e a Esfera Pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 35, pp.117-138. 2001.

SILVA, Luiz M. Jornalismo, espaço público e esfera pública, hoje. **Comunicação e Espaço Público**, Brasília, ano 9, n° 1 e 2, 2006.

SILVA, Tania R. N. **H1N1 e a produção de sentidos na mídia: a epidemia de 2009 nas páginas de O Globo, Extra e Expresso**. 2012. Dissertação - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

SOUSA, Jorge P. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: **Jornalismo: história, teoria e metodologia – perspectivas luso-brasileiras**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 12-93, 2008.

STF. **STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19**. 15 abr. 2020. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, [online]. 2006, vol.40, n.1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>>. Acesso em: 14 out. 2020.

TIPOGRAFIA. **Público (Portugal)**. Década provável [2000?]. Disponível em: <<http://tipografos.net/jornais/publico-portugal.html>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – volume 1**. Florianópolis: Insular, 2005.

TSELICHTCHEV, Ivan. **China versus Ocidente: o deslocamento do poder global no século XXI**. São Paulo: DVS editora, 2015.

URQUIZA, M. A.; MARQUES, D. B. **Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica**. Entretextos, v. 16, n. 1, p. 115-44, 2016.

WAISBORD Silvio. **Cuando la salud es titular: dengue, gripe H1N1 y ciclos 'mediáticos-epidémicos'**. In: Petracci M, Waisbord S. Comunicación y salud en la Argentina. Buenos Aires: La Crujia; p. 93-103, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Novel Coronavirus(2019-nCoV), Situation Report - 11**. 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200131-sitrep-11-ncov.pdf?sfvrsn=de7c0f7_4>

APÊNDICE A – elementos e categorias de análise do corpus de pesquisa

Detalhamento da categorização dos elementos construtivos de narrativa nas matérias analisadas. Os itens foram levantados a partir da leitura e caracterização do corpus de pesquisa. As categorias utilizadas foram:

- a) ação da comunidade científica: citação a posicionamentos e intervenções de cientistas e pesquisadores no âmbito da pandemia;
- b) ação da Organização Mundial da Saúde: citação a posicionamentos e intervenções da Organização Mundial da Saúde (OMS) no âmbito da pandemia;
- c) ação das autoridades chinesas: citação a posicionamentos e intervenções do governo federal chinês no âmbito da pandemia;
- d) ação de autoridades nacionais: citação a posicionamentos e intervenções de governo e órgãos públicos nacionais no âmbito da pandemia;
- e) ação de autoridades regionais: citação a posicionamentos e intervenções de governos e órgãos públicos regionais no âmbito da pandemia;
- f) ação de entidades privadas: citação a posicionamentos e intervenções de entidades privadas no âmbito da pandemia;
- g) ajuda internacional: citação ao envio de efetivos médicos e equipamentos hospitalares internacionais em momentos de agravamento da crise sanitária;
- h) críticas à Organização Mundial da Saúde: avaliação negativa de ações e posicionamentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) no âmbito da pandemia;
- i) críticas ao governo chinês: avaliação negativa de posicionamentos e ações do governo federal chinês no âmbito da pandemia;
- j) críticas às autoridades nacionais: avaliação negativa de posicionamentos e ações de governo e órgãos públicos nacionais no âmbito da pandemia;
- k) críticas às autoridades regionais: avaliação negativa de posicionamentos e ações de governos e órgãos públicos regionais no âmbito da pandemia;

- l) comparação com outras doenças: referências comparativas de características da covid-19 com outras doenças para propósitos explicativos;
- m) descrição da doença: apresentação de aspectos característicos da covid-19;
- n) descrição de casos: identificação e informações sobre infectados com a doença (normalmente observado no registro de primeiros casos);
- o) descrição de sintomas: apresentação de manifestações sintomáticas da covid-19;
- p) direitos trabalhistas: citação às intervenções de autoridades nacionais em relação a leis trabalhistas;
- q) disputa política: citação de litígios entre atores políticos;
- r) disseminação internacional da doença: citação ao registro de casos fora da China;
- s) distanciamento social: citação do distanciamento social enquanto ferramenta de prevenção à covid-19;
- t) errata: correção de informações equivocadas divulgadas anteriormente;
- u) expectativas para futuro da doença: previsões sobre os possíveis rumos da covid-19;
- v) explicação de termos científicos: simplificação ou elucidação de jargões e locuções científicas para melhor compreensão do leitor;
- w) exotismo do mercado de Wuhan: citação ao Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan;
- x) incertezas sobre a doença: citação de aspectos desconhecidos da covid-19;
- y) impactos econômicos: citação de índices que demonstram possíveis efeitos da pandemia na atividade econômica;
- z) infraestrutura hospitalar: citação à lotação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e ao estoque de medicamentos para o tratamento de pacientes com covid-19;
- aa) medidas de prevenção: citação de ações que visam frear a disseminação da doença;
- bb) medidas de restrição: citação de normas e leis que visam frear a disseminação da doença;

- cc) meios de transmissão: indicação das formas de contágio e transmissão da covid-19;
- dd) mortes em decorrência da doença: atualização no número de óbitos relacionados à doença;
- ee) número de infectados: atualização no número de pessoas que testaram positivo para covid-19;
- ff) orientações ao leitor: elucidação de formas efetivas na prevenção do contágio;
- gg) suspensão de atividades comerciais: citação de medidas de restrição que previam o encerramento das atividades comerciais não essenciais;
- hh) vacinação: citação de estudos sobre a imunização ou início das campanhas de vacinação.

Para dar continuidade no exame do corpus, foi realizado o agrupamento dos elementos listados acima para condensar e propiciar uma ampla distinção das pautas e temas mais recorrentes nos textos analisados. Para tal, foram levantadas as seguintes supra classificações:

- a) ações de combate e contenção: medidas e intervenções de indivíduos e organizações públicas ou privadas em torno da contenção e mitigação dos efeitos da pandemia;
- b) ações editoriais: aspectos de escolha editorial do jornalista ou do veículo;
- c) caracterização: citação de aspectos e características da covid-19 ou do SARS-CoV-2;
- d) dubiedade: incertezas e previsões acerca do futuro da doença e seus possíveis impactos;
- e) político-econômico: críticas à gestão da pandemia por entes públicos ou citação de aspectos do cotidiano político impactados pela covi-19;
- f) prestação de serviço: explicação de termos científicos e orientações ao leitor acerca da prevenção à covid-19.